

Ana Flávia Messa

Direito CONSTITUCIONAL

7^a

edição

**REVISADA E
ATUALIZADA**

 EDITORA
RIDEEL

Conheci a autora, quando cheguei na cidade de São Paulo, em 1997. Ela foi uma das primeiras estagiárias que tive como Procuradora da República. Reencontrei-a em 2003, na condição de colega, quando iniciei a atividade docente na Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Seu conhecimento e sua maneira de ser garantiram que, já no ano de 2001, logo após a conclusão do curso de Direito (frequentado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) tenha iniciado na docência universitária em uma das melhores Faculdades de Direito do Brasil, bem como em cursos preparatórios para concursos públicos nas carreiras jurídicas.

A autora, buscando sempre seu aperfeiçoamento, continuou sua formação acadêmica, tendo obtido o título de mestre em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, em 2002.

Sua atividade no magistério jurídico e sua formação acadêmica contribuíram para o vasto conhecimento nas diversas áreas do Direito. Isso lhe permite publicar o presente livro, o qual demonstra a abrangência como tem sido tratado o Direito Constitucional na atualidade.

Ana Flávia Messa tem feito a sua parte na democratização do conhecimento, publicando mais de dez livros e diversos capítulos em obras coletivas. Além disso, tem contribuído para a publicação de muitos trabalhos independentemente de seu nome constar como organizadora e/ou coordenadora das obras.

Em 2007 participei de um livro em homenagem ao professor Dejalma de Campos, desta mesma editora, no qual, embora Ana Flávia Messa não conste formalmente como organizadora, seu trabalho foi fundamental para a efetividade do referido livro. Isso demonstra, não só o desprendimento da autora, mas principalmente a ausência de vaidade, característica incomum nos meios acadêmicos.

Assim, tanto o vasto número de livros, capítulos e artigos publicados, quanto o empenho em publicação coletiva, revelam sua habilidade em transcender o plano do discurso. Tenho, em diversas oportunidades, testemunhado isso.

Ana Flávia Messa é professora e escritora e faz parte de uma nova geração de juristas. Com seu talento, seu conhecimento multidisciplinar e sua forma didática de escrever, a autora tem se destacado em todo o País.

É raro encontrar professores, pesquisadores e aplicadores do direito que efetivamente contribuam para a democratização do conhecimento. O presente trabalho, além de garantir a efetividade da citada democratização, implica uma contribuição real para o aprimoramento das instituições jurídicas. Por esse motivo e pelo trajeto percorrido pela autora é que, com alegria, a apresento, embora, com o currículo bibliográfico que já possui, dispense qualquer apresentação.

ZÉLIA LUIZA PIERDONÁ

*Mestre em Direito das Relações Sociais e Doutora em Direito do Estado,
ambos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).
Professora na Universidade Presbiteriana Mackenzie (Graduação e Pós-graduação).
Procuradora Regional da República.*

NOTA DA AUTORA À 7ª EDIÇÃO

É com profunda satisfação que registro o acolhimento da obra *Direito Constitucional*. Fruto de uma intensa pesquisa destinada a entregar o conhecimento de forma objetiva e acessível, por meio de conteúdos relevantes e estruturados, a presente obra encontra-se atualizada, consideradas as mais recentes e relevantes alterações normativas, jurisprudenciais e doutrinárias que marcaram o constitucionalismo contemporâneo.

Trata-se de um livro que se propõe a oferecer aos operadores do direito – magistrados, advogados, promotores, defensores públicos e demais profissionais da área – uma ferramenta indispensável na compreensão aprofundada da ordem constitucional, servindo tanto como instrumento de consulta prática quanto como fonte de reflexão crítica sobre os principais temas e debates que permeiam o direito constitucional brasileiro.

Cumprimentos,

Ana Flávia Messa

O presente trabalho de Ana Flávia Messa traz contribuições relevantes para a área científica do Direito Constitucional, pois reúne qualidades como clareza, objetividade, abrangência temática e atualidade, aspectos que certamente colocarão a presente obra entre as mais úteis na formação acadêmica e também na atuação profissional da área jurídica. Isso porque a autora é dotada de extraordinária dedicação, talento e amplo conhecimento multidisciplinar, e, por isso, é capaz de analisar temas constitucionais com incursões em vários outros ramos jurídicos, revelando a experiência sedimentada na docência universitária e cursos preparatórios para concurso.

Todos esses predicados estão reunidos neste livro, que segue o correto padrão de exposição do conhecimento jurídico, iniciando pela teoria geral da constituição. Expondo cuidadosamente o significado e a importância das constituições e do constitucionalismo, concluindo com tendências e a relação do Direito Constitucional com os demais ramos do ordenamento, a obra também faz detida análise sobre as espécies de constituição e suas estruturações, seguida pela exposição do Poder Constituinte em suas várias modalidades (especialmente o complexo e importante Constituinte Difuso e o Supranacional). Uma vez conhecido o ordenamento constitucional, o estudo se volta para a hermenêutica constitucional, que permitirá ao operador do Direito a compreensão do conteúdo constitucional.

Acerca do Estado, a obra traz lições sobre seu conceito, elementos e demais temas correlatos, dando ao leitor uma substantiva compreensão das formas de governo e de regimes políticos, o que é complementado com analítica exposição do Federalismo Brasileiro, com suas características, classificações, garantias e estruturação das unidades.

Na sequência, Ana Flávia Messa traz elementos relevantes acerca dos princípios fundamentais, um dos temas mais relevantes do estudo constitucional contemporâneo, descrevendo os prismas da Constituição de 1988, que irradiam luz para clarear o conhecimento de qualquer outro preceito constitucional e infraconstitucional. Também imprescindível em obras de qualidade, o estudo sobre controle de constitucionalidade é rico em informação, trazendo as atribuições exercidas pelos Poderes da República em suas várias modalidades.

No tocante à separação dos Poderes, o estudo do Poder Executivo é feito de modo inteligente, começando pela composição e pelo exercício de atividades por parte da chefia do Poder (Presidente, Vice-Presidente e Ministro), para, após, fazer rápida ligação com a administração pública, cujas garantias e exigências servem ao conhecimento técnico imprescindível à gestão da coisa pública. Por sua vez, o Poder Legislativo é amplamente descrito em sua organicidade e ampla atribuição de funções, com destaque ao processo legislativo. Afinal, o Poder Judiciário é mostrado no seu papel jurisdicional, trazendo ainda as necessárias complementações à atividade jurisdicional com os demais integrantes das funções essenciais à justiça. Na parte do sistema constitucional das crises, o Estado de Defesa e o Estado de Sítio vêm acompanhados das instituições que fazem a defesa das instituições democráticas bem como da segurança interna e externa da sociedade e do Estado Brasileiro.

Ana Flávia Messa traz seus amplos conhecimentos sobre direitos e garantias fundamentais, começando com a teoria geral da matéria, passando pela colisão de direitos e pelas perspectivas nacionais e internacionais, para seguir pela análise dos direitos individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade e direitos políticos, complementando seu trabalho com os imprescindíveis instrumentos processuais para a proteção dessas prerrogativas imprescindíveis ao ser humano e à vida em sociedade.

Reafirmando seu amplo conhecimento multidisciplinar, a autora faz consistente análise da ordem constitucional tributária, e, além disso, mostra os elementos fundamentais das principais modalidades tributárias federais, estaduais e municipais que integram as competências tributárias originárias. Finanças públicas e ordem econômica também foram contempladas pelo estudo da autora, com traços constitucionais sobre esses temas. Na ordem social, Ana Flávia faz atenta apresentação da justiça

social e da seguridade social, inclusive complementando o sistema tributário-fiscal com a temática das contribuições sociais em espécie e orçamento da seguridade social.

Na terminologia empregada para tratar da família, Ana Flávia Messa deixa transparecer suas qualidades morais, mostrando a unidade familiar como base da sociedade, além das preocupações jurídicas com os idosos. A obra ainda caminha pelas diversas faces da integração das comunidades indígenas remanescentes e da adequação de suas culturas originais ao sistema constitucional.

Ciência e tecnologia, comunicação social e desporto também são trazidas nesta ampla obra, assim como o desporto, com preocupações particulares no tocante à Justiça Desportiva e ao Estatuto do Torcedor. Com sensibilidade para fortalecer sua obra em temas relevantes, no meio ambiente o estudo exhibe detidamente essa matéria complexa, com as competências em matéria ambiental, licenciamento e estudo de impacto ambiental, além de outros temas correlatos como responsabilidades.

Nos meus vinte anos de docência universitária, é com verdadeiro prazer que vejo talentos como Ana Flávia Messa fazerem a propagação do conhecimento de forma multidisciplinar, didática, clara e objetiva, posicionando-se como uma das melhores obras desse segmento da produção científica.

JOSÉ CARLOS FRANCISCO

*Professor na Universidade Mackenzie/SP,
Diretor do Instituto Brasileiro de Estudos Constitucionais – IBEC,
Mestre e Doutor em Direito Constitucional pela
Universidade de São Paulo – USP,
Pós-Doutor pela Université de Paris 1 (Panthéon-Sorbonne),
e Juiz Federal na 3ª Região.*

Capítulo 1

DIREITO CONSTITUCIONAL

1.1	Terminologia do Direito Constitucional.....	1
1.1.1	Origem Histórica da Expressão “Direito Constitucional”	1
1.1.2	Origem do Direito Constitucional como Disciplina Jurídica Autônoma.....	1
1.1.3	Termos Designativos do “Direito Constitucional”	1
1.2	Conceito do Direito Constitucional.....	2
1.2.1	Dificuldade no Conceito do Direito Constitucional	2
1.2.2	Direito Constitucional como Direito das Constituições	2
1.2.3	Direito Constitucional como Intertexto Aberto	3
1.2.4	Direito Constitucional como Direito Supremo	3
1.2.5	Direito Constitucional como Direito Abrangente	3
1.2.6	A Politicidade do Direito Constitucional.....	4
1.2.7	Autonomia do Direito Constitucional	4
1.2.8	Direito Constitucional como Direito do Estado	4
1.2.9	Nosso Conceito do Direito Constitucional.....	5
1.3	Natureza jurídica do Direito Constitucional	6
1.4	Conteúdo Científico do Direito Constitucional.....	7
1.5	Espécies ou Divisões do Direito Constitucional	8
1.6	Metodologia do Direito Constitucional	8
1.7	Importância do Direito Constitucional	9
1.8	Características do Direito Constitucional.....	9
1.9	Objeto do Direito Constitucional	10
1.10	Histórico do Direito Constitucional	11
1.11	Fontes do Direito Constitucional	11
1.11.1	Fontes Imediatas do Direito Constitucional	11
1.11.2	Fontes Mediatas do Direito Constitucional	11
1.12	Relações do Direito Constitucional	12
1.12.1	Direito Constitucional e Direito Administrativo	12
1.12.2	Direito Constitucional e Direito Tributário.....	12
1.12.3	Direito Constitucional e Direito Financeiro	12
1.12.4	Direito Constitucional e Direito Internacional	13
1.12.5	Direito Constitucional e Direito da Seguridade Social.....	13
1.12.6	Direito Constitucional e Direito Penal	13
1.12.7	Direito Constitucional e Direito Processual	13
1.12.8	Direito Constitucional e Direito Civil	13
1.12.9	Direito Constitucional e Direito Empresarial.....	14
1.12.10	Direito Constitucional e Direito do Trabalho	14
1.12.11	Relações do Direito Constitucional com outras ciências sociais	14
1.13	Perspectivas ou concepções do Direito Constitucional.....	15
1.14	Direito Constitucional e Ciência do Direito Constitucional	15
1.14.1	Direito Constitucional e Direito Administrativo	16
1.15	Fenômenos do Direito Constitucional	16
1.15.1	Sistematicidade do Direito Constitucional: Coerência e Unidade do Sistema	16
1.15.2	Determinação do Direito Constitucional: Concretização Constitucional.....	17

1.15.3	Dinâmica do Direito Constitucional: Evolução e Mudança Temporal	17
1.17	Questões	17

Capítulo 2

CONSTITUCIONALISMO

2.1	Conceito do Constitucionalismo.....	19
2.2	Antecedentes do Constitucionalismo.....	19
2.2.1	Idade Antiga (4000 a.C. a 476 d.C.)	19
2.2.2	Idade Média (476-1453).....	20
2.2.3	Idade Moderna (1453-1789)	20
2.2.4	Documentos Constitucionais Ingleses.....	20
2.2.5	Acordos e Pactos medievais.....	20
2.2.6	Idade Contemporânea (1789 até hoje)	21
2.3	Origem Formal do Constitucionalismo	21
2.4	Trajetória Histórica do Constitucionalismo: A Formação do Direito Constitucional.....	22
2.4.1	Constitucionalismo primitivo.....	22
2.4.2	Constitucionalismo antigo	22
2.4.3	Constitucionalismo medieval	23
2.4.4	Constitucionalismo moderno.....	23
2.4.5	Constitucionalismo contemporâneo	24
2.4.6	Constitucionalismo do porvir ou do futuro	25
2.5	Modelos Principais na Evolução do Constitucionalismo Moderno	25
2.6	Fases do Constitucionalismo	25
2.7	Constitucionalismo latino-americano	26
2.8	Constitucionalismo brasileiro	26
2.9	Espécies de Constitucionalismo	27
2.9.1	Transconstitucionalismo	27
2.9.2	Neoconstitucionalismo.....	28
2.9.3	Constitucionalismo comunitário.....	30
2.9.4	Constitucionalismo de integração ou global.....	30
2.9.5	Constitucionalismo abusivo	30
2.9.6	Constitucionalismo autoritário	30
2.9.7	Constitucionalismo de resistência	31
2.10	Constitucionalismo e Teoria da Constituição.....	31
2.11	Questões	31

Capítulo 3

CONSTITUCIONALISMO DO SÉCULO XXI

3.1	Contexto sociológico: a pós-modernidade.....	36
3.2	Efetividade das normas constitucionais	36
3.3	Estado de Direito	37
3.4	Estado Constitucional de Direito.....	39
3.5	Constitucionalização do Direito	40
3.6	Neoconstitucionalismo e Pós-Positivismo	40
3.7	Ativismo judicial	40
3.8	Materialidade constitucional	40

3.9	Teoria da Reserva do Possível.....	41
3.10	Aborto de anencefálico	41
3.11	Controle do <i>e-mail</i> pelo empregador.....	42
3.12	Judicialização das políticas públicas.....	42
3.13	Concepções do Direito	43
3.14	Transparência administrativa	43
3.15	Governança Pública no Estado Democrático de Direito	44
3.16	Teoria da Normatividade dos Princípios Jurídicos	46
3.17	Qualidade Democrática: Democracia Substantiva	47
3.18	Estado de Exceção	48
3.19	Solidariedade Intergeracional e Solidariedade Intrageração	48
3.20	Tolerância no Direito.....	48
3.21	Autoritarismo	48
3.22	Questões	49

Capítulo 4

CONSTITUIÇÃO

4.1	Teoria da Constituição	52
4.2	Conceito de Constituição	52
4.3	Enfoques da Constituição	53
4.3.1	Enfoque Sociológico da Constituição.....	53
4.3.2	Enfoque Político da Constituição	54
4.3.3	Enfoque Jurídico da Constituição	54
4.3.4	Outros Enfoques da Constituição	54
4.4	Objeto da Constituição.....	55
4.5	Características de Constituição	55
4.6	Elementos das Constituições.....	56
4.7	Funções da Constituição.....	57
4.8	Estrutura da Constituição.....	57
4.8.1	Preâmbulo.....	58
4.8.2	Corpo.....	59
4.8.3	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	60
4.9	A Constituição em Perspectiva Histórico-Evolutiva	61
4.9.1	Antecedentes da Constituição	61
4.9.2	Histórico das Constituições Brasileiras.....	61
4.10	Relações da Constituição.....	64
4.10.1	Constituição e Democracia	64
4.10.2	Constituição e Processo.....	65
4.10.3	Constituição e Neoconstitucionalismo	65
4.10.4	Constituição e Carta Constitucional	65
4.11	Classificação da Constituição	66
4.11.1	Forma.....	66
4.11.2	Origem.....	67
4.11.3	Extensão (modelo ou tamanho).....	67
4.11.4	Sistemática.....	68
4.11.5	Ideologia (dogmática).....	68
4.11.6	Modo de elaboração	68

4.11.7	Estabilidade (alterabilidade/mutabilidade/consistência/possibilidade de mudança)	68
4.11.8	Estrutura (finalidade/função/objeto)	69
4.11.9	Interpretação	69
4.11.10	Conteúdo	69
4.11.11	Outras Classificações	70
4.12	Força normativa da Constituição Federal.....	72
4.13	“Atalhamento” da Constituição.....	72
4.14	“Fossilização da Constituição”.....	72
4.15	Constituição em branco.....	72
4.16	Heteroconstituições.....	72
4.17	Constitucionalização da ordem jurídica	73
4.18	Constituição como sistema autopoietico: relações e fronteiras intersistêmicas	73
4.19	Constituição e Realidade Constitucional: O Mito da Eternidade Constitucional	74
4.20	Concretização da Constituição.....	76
4.21	Constituição da República Federativa do Brasil.....	78
4.21.1	Ordem Constitucional Vigente	78
4.21.2	Bloco de constitucionalidade na CF/1988	78
4.21.3	Sistema Constitucional: os Valores da Constituição	79
4.22	Questões	79

Capítulo 5

SUPREMACIA CONSTITUCIONAL

5.1	Organização normativa.....	83
5.2	Princípio da supremacia constitucional	83
5.3	Fundamento da supremacia constitucional	84
5.4	Rigidez e supremacia constitucional.....	84
5.5	Espécies de supremacia constitucional	85
5.6	Reflexos da supremacia constitucional	85
5.7	Questões	86

Capítulo 6

NORMAS CONSTITUCIONAIS

6.1	Conceito das normas constitucionais.....	87
6.2	Conteúdo das normas constitucionais	87
6.3	Estrutura lógica das normas constitucionais.....	87
6.4	Finalidade das normas constitucionais	87
6.5	Características das normas constitucionais.....	87
6.6	Vigência, validade e eficácia das normas constitucionais	88
6.7	Eficácia e efetividade das normas constitucionais	88
6.8	Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais	89
6.9	Eficácia direta e indireta das normas constitucionais	91
6.10	Classificação das normas constitucionais.....	91
6.10.1	Normas constitucionais quanto à eficácia	91

6.10.2	Normas constitucionais quanto à finalidade	92
6.10.3	Normas constitucionais quanto ao conteúdo	93
6.10.4	Normas constitucionais quanto à estrutura	93
6.11	Espécies de normas constitucionais	93
6.11.1	Preceito fundamental	93
6.11.2	Princípios e regras constitucionais	93
6.11.3	Valores constitucionais	94
6.11.4	Normas constitucionais inconstitucionais	95
6.12	Questões	95

Capítulo 7

APLICAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

7.1	Aplicação das normas constitucionais no tempo	98
7.1.1	Direito Constitucional Intertemporal	98
7.1.2	Vigência das Normas Constitucionais	98
7.1.3	Constituição e a Ordem Jurídica Anterior: Impacto da Nova Constituição Federal	98
7.1.4	Retroatividade das Normas Constitucionais	100
7.2	Aplicação das normas constitucionais no espaço	100
7.2.1	Territorialidade e extraterritorialidade	100
7.2.2	Normas Constitucionais: Relações com Direito Estrangeiro e Direito Internacional	100
7.3	Lacunas na constituição e integração das normas constitucionais	101
7.3.1	Noções Gerais	101
7.3.2	Lacuna Constitucional e Omissão Constitucional	101
7.3.3	Lacuna Constitucional e Silêncio Eloquente	101
7.3.4	Integração Constitucional e Construção Constitucional	102
7.4	Questões	102

Capítulo 8

PODER CONSTITUINTE

8.1	Noções Gerais do Poder Constituinte	104
8.1.1	Conceito do Poder Constituinte	104
8.1.2	Características do Poder Constituinte	104
8.1.3	Origem do Poder Constituinte	105
8.1.4	Titularidade do Poder Constituinte	105
8.1.5	Poder Constituído e Poder Constituinte	105
8.2	Poder Constituinte Originário	106
8.2.1	Conceito de Poder Constituinte Originário	106
8.2.2	Natureza do Poder Constituinte Originário	106
8.2.3	Características do Poder Constituinte Originário	107
8.2.4	Espécies de Poder Constituinte Originário	107
8.2.5	Titularidade do Poder Constituinte Originário	108
8.2.6	Exercente do Poder Constituinte Originário	108
8.2.7	Formas de Expressão do Poder Constituinte Originário	108
8.2.8	Veículos do Poder Constituinte Originário	109
8.2.9	Poder Constituinte Originário e Direito Adquirido	109
8.2.10	Limites do Poder Constituinte Originário	109

8.3	Poder Constituinte Derivado	110
8.3.1	Atualização da Constituição Federal.....	110
8.3.2	Alterabilidade Constitucional	110
8.3.3	Conceito do Poder Constituinte Derivado	111
8.3.4	Características do Poder Constituinte Derivado	111
8.3.5	Espécies do Poder Constituinte Derivado	112
8.3.6	Titularidade do Poder Constituinte Derivado.....	112
8.3.7	Exercente do Poder Constituinte Derivado.....	112
8.3.8	Poder Constituinte Derivado e Poder Constituinte Originário	112
8.4	Poder Constituinte Decorrente	112
8.4.1	Capacidade de Auto-organização dos Estados-Membros	112
8.4.2	Conceito do Poder Constituinte Decorrente	113
8.4.3	Características do Poder Constituinte Decorrente	113
8.4.4	Espécies do Poder Constituinte Decorrente	113
8.4.5	Titularidade e Exercente do Poder Constituinte Decorrente	113
8.4.6	Limites do Poder Constituinte Decorrente.....	113
8.5	Poder Constituinte Difuso.....	114
8.5.1	Constituição e Realidade Constitucional	114
8.5.2	Conceito de Poder Constituinte Difuso	114
8.5.3	Natureza do Poder Constituinte Difuso	115
8.5.4	Características do Poder Constituinte Difuso.....	115
8.5.5	Espécies do Poder Constituinte Difuso.....	116
8.5.6	Limite do Poder Constituinte Difuso.....	117
8.6	Tabela de Poder Constituinte	117
8.7	Poder constituinte supranacional.....	117
8.8	Questões	118

Capítulo 9

EMENDA CONSTITUCIONAL

9.1	Conceito da Emenda Constitucional.....	121
9.2	Limites expressos da Emenda Constitucional.....	121
9.2.1	Limites Circunstanciais da Emenda Constitucional.....	121
9.2.2	Limites Temporais da Emenda Constitucional	121
9.2.3	Limites Materiais da Emenda Constitucional	121
9.2.4	Limites Procedimentais da Emenda Constitucional.....	123
9.3	Processo Legislativo da Emenda Constitucional	123
9.3.1	Iniciativa	123
9.3.2	Deliberação Parlamentar	123
9.3.3	Fase Complementar	123
9.3.4	Fluxograma do Procedimento da Emenda Constitucional	124
9.4	Reapresentação da Proposta de Emenda Constitucional.....	124
9.5	Espécies da Emenda Constitucional.....	124
9.6	Limites implícitos da Emenda Constitucional.....	125
9.7	Emenda Constitucional e Revisão Constitucional.....	125
9.8	Controle de constitucionalidade da Emenda Constitucional	126
9.9	Emenda Constitucional Emergencial	126
9.10	Questões	127

Capítulo 10

HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL

10.1	Hermenêutica Constitucional.....	129
10.1.1	Hermenêutica constitucional e interpretação constitucional	129
10.1.2	Hermenêutica constitucional e filosofia constitucional	130
10.1.3	Cânones interpretativos	130
10.1.4	Determinação do direito	130
10.2	Interpretação constitucional	131
10.2.1	Interpretação jurídica e interpretação constitucional	131
10.2.2	Teorias da interpretação jurídico-constitucional	131
10.2.3	Elementos da interpretação constitucional	132
10.2.4	Características da interpretação constitucional.....	132
10.2.5	Regras de interpretação constitucional	132
10.2.6	Finalidade da interpretação constitucional	133
10.2.7	Sujeito da interpretação constitucional.....	133
10.2.8	O intérprete constitucional e sua pré-compreensão	133
10.3	Interpretação constitucional e a prestação jurisdicional.....	134
10.4	A ponderação no campo da interpretação constitucional.....	134
10.5	Métodos de interpretação constitucional.....	135
10.5.1	Método Jurídico	135
10.5.2	Método Tópico-Problemático	135
10.5.3	Método Hermenêutico-Concretizador.....	135
10.5.4	Método Científico-Espiritual	136
10.5.5	Método Normativo-Estruturante.....	136
10.6	Princípios de interpretação constitucional.....	136
10.6.1	Princípio da Unidade da Constituição	136
10.6.2	Princípio da Concordância Prática	136
10.6.3	Princípio da Correção Funcional	137
10.6.4	Princípio da Eficácia Integradora	137
10.6.5	Princípio da Força Normativa da Constituição	137
10.6.6	Princípio da Máxima Efetividade.....	137
10.6.7	Princípio da Interpretação Conforme a Constituição	137
10.6.8	Princípio da Presunção da Constitucionalidade das Leis	138
10.6.9	Princípio da Supremacia Constitucional.....	138
10.6.10	Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade	138
10.7	Questões	138

Capítulo 11

NOÇÕES DE TEORIA GERAL DO ESTADO

11.1	Teoria Geral do Estado.....	142
11.1.1	Conceito da Teoria Geral do Estado	142
11.1.2	Conteúdo da Teoria Geral do Estado.....	142
11.1.3	Perspectivas da Teoria Geral do Estado	142
11.1.4	Distinções da Teoria Geral do Estado	143
11.1.5	Fontes da Teoria Geral do Estado.....	143
11.2	Estado	144
11.2.1	Conceito do Estado	144
11.2.2	Nascimento do Estado	144

11.2.3	Reconhecimento do Estado	144
11.2.4	Sucessão de Estados	144
11.2.5	Extinção do Estado	144
11.2.6	Órgãos do Estado nas relações internacionais.....	145
11.2.7	Estado e Nação	145
11.2.8	Termos na Teoria Geral do Estado	145
11.3	Elementos do Estado	145
11.4	Tipos históricos de Estado	146
11.4.1	Estado de Polícia	146
11.4.2	Estado de Direito	146
11.4.3	Estado Liberal de Direito	147
11.4.4	Estado Social de Direito	147
11.4.5	Estado Democrático de Direito.....	148
11.5	Formas de Estado.....	149
11.5.1	Conceito de forma de Estado	149
11.5.2	Espécies de Formas de Estado	149
11.5.3	Espécies de Estados Compostos	150
11.6	Formas de Governo	151
11.6.1	Conceito de Forma de Governo	151
11.6.2	Espécies de Forma de Governo	151
11.7	Regimes Políticos	153
11.7.1	Conceito de Regime Político	153
11.7.2	Espécies de Regime Político	153
11.8	Sistema de Governo.....	153
11.8.1	Conceito de Sistema de Governo	153
11.8.2	Espécies de Sistema de Governo	153
11.9	Questões	153

Capítulo 12

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

12.1	Convivência social e normas jurídicas.....	155
12.2	Princípios e regras jurídicas	155
12.3	Princípio jurídico	156
12.3.1	Conceito do Princípio Jurídico	156
12.3.2	Aspectos do Princípio Jurídico.....	156
12.3.3	Características do princípio jurídico	156
12.4	Princípios constitucionais.....	157
12.5	Princípios fundamentais.....	157
12.6	Princípio federativo.....	158
12.7	Princípio republicano	159
12.8	Princípio do Estado Democrático de Direito	159
12.9	Fundamentos da República Federativa do Brasil	160
12.9.1	Soberania.....	160
12.9.2	Cidadania	161
12.9.3	Dignidade da Pessoa Humana	161
12.9.4	Valores Sociais do Trabalho e da Livre-Iniciativa	162
12.9.5	Pluralismo Político	163
12.10	Princípio democrático.....	163

12.10.1	Noções gerais do princípio democrático	163
12.10.2	Democracia e Transparência	164
12.11	Princípio da separação de poderes	165
12.11.1	Noções gerais do princípio da separação de poderes	165
12.11.2	Separação de Poderes e o Controle Jurisdicional	165
12.11.3	Autossuficiência das Decisões Judiciais e Separação de Poderes	167
12.11.4	Separação dos Poderes: Limites à Intervenção Legislativa em Atos do Executivo	167
12.11.5	Separação de poderes e transparência	167
12.12	Objetivos da República Federativa do Brasil	168
12.12.1	Sociedade livre, justa e solidária: bases nacionais	169
12.12.2	Desenvolvimento Nacional	169
12.12.3	Justiça Social	169
12.12.4	Não Discriminação	169
12.13	Princípios das relações internacionais	170
12.13.1	Princípio da Independência nacional	171
12.13.2	Princípio da Prevalência dos Direitos Humanos	171
12.13.3	Princípio da Autodeterminação dos Povos	171
12.13.4	Princípio da Não Intervenção	171
12.13.5	Princípio da Igualdade entre os Estados	171
12.13.6	Princípio da Defesa da Paz	172
12.13.7	Princípio da Solução Pacífica dos Conflitos	172
12.13.8	Princípio do Repúdio ao Terrorismo e ao Racismo	173
12.13.9	Princípio da Cooperação entre os Povos	173
12.13.10	Princípio da Concessão de Asilo Político	174
12.14	Questões Atinentes ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana	174
12.14.1	Pessoas com Deficiência	174
12.14.2	Restrição à Doação de Sangue por Homossexuais	177
12.14.3	Dignidade da Pessoa Humana e Campo Criminal	177
12.14.4	Pesquisa Científica com Células-Tronco Embrionárias	179
12.14.5	Reserva do Possível e Mínimo Existencial	179
12.14.6	Reconhecimento e Qualificação da União Homoafetiva como Entidade Familiar	179
12.15	Questões	180

Capítulo 13

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

13.1	Desenvolvimento e Evolução do Estado	181
13.2	Elementos do Estado	181
13.3	Soberania, Autonomia e Poder Político	181
13.4	Organização Político-Administrativa da República Federativa do Brasil	182
13.5	Estado Federal	182
13.5.1	Conceito do Estado Federal	182
13.5.2	Origem do Estado Federal	182
13.5.3	Evolução Constitucional do Estado Federal	183
13.5.4	Componentes do Estado Federal	183
13.5.5	Estado Federal e União Federal	184
13.5.6	Capital Federal	184
13.5.7	Características da Forma Federativa	184
13.5.8	Aspectos da Federação	185
13.5.9	Vedações de Natureza Federativa	185

13.6	Federalismo.....	186
13.7	Características da Federação Brasileira.....	187
13.8	Entes Federativos.....	187
13.8.1	Município.....	187
13.8.2	Distrito Federal.....	189
13.8.3	Estados-membros.....	190
13.8.4	União Federal.....	191
13.9	Criação dos Entes Federativos.....	192
13.9.1	Formas de Criação dos Entes Federativos.....	192
13.9.2	Criação dos Estados-Membros.....	193
13.9.3	Criação dos Municípios.....	194
13.10	Regiões Administrativas.....	195
13.10.1	Regiões de Desenvolvimento.....	195
13.10.2	Regiões Integradas de Desenvolvimento.....	195
13.10.3	Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.....	196
13.11	Territórios Federais.....	198
13.12	Documento Federativo.....	199
13.12.1	Lei Orgânica.....	199
13.12.2	Constituição Estadual.....	200
13.13	Visão geral da organização do Estado.....	201
13.14	Questões.....	202

Capítulo 14

REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS

14.1	Competência na Constituição Federal: Noções Gerais e Critérios de Repartição.....	204
14.2	Espécies de Competência Constitucional.....	204
14.3	Competência Administrativa.....	205
14.3.1	Competência Exclusiva.....	205
14.3.2	Competência Comum.....	211
14.4	Competência Legislativa.....	211
14.4.1	Competência Privativa.....	211
14.4.2	Competência Concorrente.....	212
14.5	Questões.....	213

Capítulo 15

INTERVENÇÃO

15.1	Conceito de Intervenção.....	215
15.2	Características da Intervenção.....	215
15.3	Intervenção Federal.....	216
15.3.1	Requisitos Materiais da Intervenção Federal.....	216
15.3.2	Requisitos Formais da Intervenção Federal.....	218
15.4	Intervenção Estadual.....	218
15.4.1	Requisitos Materiais da Intervenção Estadual.....	219
15.4.2	Requisitos Formais da Intervenção Estadual.....	220
15.5	Questões.....	220

Capítulo 16

NOÇÕES GERAIS DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

16.1	Considerações preliminares	222
16.1.1	Normas jurídicas e Controle de Constitucionalidade	222
16.1.2	Presunção de Constitucionalidade	222
16.1.3	Supremacia Constitucional e Controle de Constitucionalidade	222
16.1.4	Premissas do Controle de Constitucionalidade	223
16.1.5	Controle de Constitucionalidade: Instrumento e Remédio para a Supremacia e Hígidez Constitucional	223
16.2	Histórico do Controle de Constitucionalidade no Brasil	224
16.3	Controle de Constitucionalidade: Princípios, Fundamento, Elementos e Pressupostos	224
16.4	Espécies do Controle de Constitucionalidade	225
16.4.1	Quanto ao Momento do Controle de Constitucionalidade	225
16.4.2	Quanto aos Órgãos do Controle de Constitucionalidade	226
16.4.3	Quanto aos Critérios do Controle de Constitucionalidade	226
16.4.4	Quanto aos Meios do Controle de Constitucionalidade	228
16.5	Sistemas do Controle de Constitucionalidade	228
16.6	Sistemas de Controle de Constitucionalidade Repressivo	228
16.7	Inconstitucionalidade	229
16.8	Espécies da Inconstitucionalidade	229
16.8.1	Quanto à Natureza da Conduta	229
16.8.2	Quanto à Natureza do Vício	229
16.8.3	Quanto à Hierarquia e Tipo do Ato Normativo Envolvido	230
16.8.4	Quanto momento em que a Lei ou Ato Normativo entra em Conflito com a Constituição Federal	230
16.8.5	Quanto à Abrangência	230
16.8.6	Outras Classificações	230
16.9	Estado de Coisas Inconstitucional	231
16.10	Questões	231

Capítulo 17

SISTEMA BRASILEIRO DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

17.1	Controle Preventivo de Constitucionalidade	233
17.2	Controle Preventivo de Constitucionalidade Exercido pelo Poder Legislativo	235
17.3	Controle Preventivo de Constitucionalidade Exercido pelo Poder Executivo	235
17.4	Controle Preventivo de Constitucionalidade Exercido pelo Poder Judiciário	235
17.5	Controle Repressivo de Constitucionalidade	236
17.6	Controle Repressivo de Constitucionalidade Político	236
17.7	Controle Repressivo de Constitucionalidade Jurisdicional	239
17.8	Controle Repressivo de Constitucionalidade Exercido pelo Poder Executivo	239
17.9	Controle Repressivo de Constitucionalidade Exercido pelo Tribunais de Contas	239
17.10	Controle Repressivo de Constitucionalidade Exercido pelo Conselho Nacional de Justiça	239
17.11	Questões	240

Capítulo 18

CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE

18.1	Controle Difuso de Constitucionalidade: Conceito, Características e Origens.....	242
18.2	Controle Difuso de Constitucionalidade: Características, Legitimidade e Aplicação no Caso Concreto.....	242
18.3	Inconstitucionalidade: Uma Questão Incidental e Necessária ao Julgamento do Mérito...	243
18.4	Controle Difuso de Constitucionalidade: Características Principais.....	244
18.5	O Alcance da Decisão no Controle Difuso: A Função Integradora do Senado e o Poder da Súmula Vinculante	245
18.5.1	Participação (ou Intervenção) do Senado Federal e a Eficácia <i>Erga Omnes</i> no Controle Difuso de Constitucionalidade	245
18.5.2	A Súmula Vinculante como Instrumento de Ampliação dos Efeitos do Controle Difuso.....	246
18.6	Controle Difuso: A Cláusula de Reserva de Plenário e a Presunção de Constitucionalidade das Leis	248
18.7	Abstratização do Controle Difuso de Constitucionalidade	248
18.8	Controle Difuso nos Tribunais: Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade	249
18.8.1	Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade: Regime Jurídico e Procedimento no CPC/2015	249
18.8.2	A Tramitação da Arguição de Inconstitucionalidade em Órgão Fracionário e a Remessa ao Plenário.....	250
18.8.3	O Papel do Órgão Especial e do Plenário no Julgamento da Arguição de Inconstitucionalidade.....	250
18.8.4	Procedimentos para Julgamento do Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade no Plenário ou Órgão Especial	251
18.8.5	Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade: Decisão Final do Incidente (Acórdão do Pleno).....	251
18.8.6	Fluxograma do Procedimento do Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade.....	252
18.9	Questões	252

Capítulo 19

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE CONCENTRADO

19.1	Controle Concentrado de Constitucionalidade: Origem Austríaca e Implementação no Brasil	253
19.2	Controle Concentrado de Constitucionalidade: Conceito e Características.....	253
19.3	Controle Concentrado de Constitucionalidade: Pedido e Legitimidade.....	254
19.4	Controle Concentrado de Constitucionalidade: Aspectos Processuais (Causa de Pedir, Desistência e Cláusula de Reserva de Plenário).....	254
19.5	Controle Concentrado de Constitucionalidade: Ações e Exercício.....	255
19.6	Eficácia das Decisões em Controle Concentrado de Constitucionalidade.....	255
19.7	Atuação do Procurador Geral da República no Controle Concentrado de Constitucionalidade	256
19.8	Atuação do Advogado Geral da União no Controle Concentrado de Constitucionalidade...	256

19.9	Quadro Comparativo da Atuação do Procurador-Geral da República e do Advogado-Geral da União no Controle Concentrado de Constitucionalidade.....	257
19.10	Fluxograma do Funcionamento do Controle Concentrado de Constitucionalidade.....	257
19.11	Controle Concentrado de Constitucionalidade Estadual.....	258
19.12	Aspectos nas Ações do Controle Concentrado.....	259
19.13	Questões	262

Capítulo 20

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR AÇÃO

20.1	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Ação: Fundamentos, Competência e Regulamentação	263
20.2	Requisitos Subjetivos da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Ação: Legitimidade e Capacidade Postulatória	263
20.3	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Ação: Objeto	264
20.4	Parâmetro de Controle na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Ação	267
20.5	Quadro Comparativo: Lei, Norma e Instância de Julgamento de Contrariedade.....	267
20.6	Procedimento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Ação no Supremo Tribunal Federal	268
20.7	Efeitos da Decisão de Mérito na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Ação	272
20.8	O Alcance e a Força Normativa do Efeito Vinculante: Limites Subjetivos e Objetivos.....	273
20.9	Impacto da Decisão de Procedência na ADI por Ação.....	274
20.10	Técnicas Decisórias na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Ação.....	274
20.11	Modulação dos Efeitos Temporais na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Ação.....	274
20.12	Desrespeito da Decisão Proferida em Ação Direta de Inconstitucionalidade por Ação	275
20.13	Atuação do Relator na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Ação	275
20.14	Características da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Ação.....	276
20.15	A Causa de Pedir Aberta e o Limite do Pedido na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Ação.....	277
20.16	Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Ação.....	277
20.17	Questões	278

Capítulo 21

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO

21.1	ADIN por Omissão: Fundamentos, Competência e Regulamentação	279
21.2	Requisitos Subjetivos da Adin por Omissão: Legitimidade e Capacidade Postulatória.....	279
21.3	Objeto na ADIN por Omissão	279
21.4	Procedimento da ADIN por Omissão no Supremo Tribunal Federal	280
21.5	Decisão de Mérito na ADIN por Omissão.....	280
21.6	Efeitos da Decisão de Mérito na ADI por Omissão	281
21.7	O Alcance e a Força Normativa do Efeito Vinculante: Limites Subjetivos e Objetivos.....	281
21.8	Técnicas Decisórias na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.....	281
21.9	Características da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão	282
21.10	Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão	283

21.11	Questões Processuais em ADIN por Omissão: Autonomia dos Estados, Conversão e Cumulação de Pedidos	283
21.12	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão e Mandado de Injunção	284
21.13	Questões	285

Capítulo 22

AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE

22.1	Ação Declaratória de Constitucionalidade: Fundamentos, Competência e Regulamentação	287
22.2	Requisitos Subjetivos da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Ação: Legitimidade e Capacidade Postulatória	287
22.3	Ação Declaratória de Constitucionalidade: Objeto e Parâmetro de Controle.....	289
22.4	Procedimento da Ação Declaratória de Constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal	289
22.5	Efeitos da Decisão de Mérito na Ação Declaratória de Constitucionalidade	293
22.6	O Alcance e a Força Normativa do Efeito Vinculante: Limites Subjetivos e Objetivos.....	293
22.7	Técnicas Decisórias na Ação Declaratória de Constitucionalidade	294
22.8	Modulação dos Efeitos Temporais na Ação Declaratória de Constitucionalidade	294
22.9	Desrespeito da Decisão Proferida em Ação Declaratória de Constitucionalidade.....	295
22.10	Atuação do Relator na Ação Declaratória de Constitucionalidade	295
22.11	Características da Ação Declaratória de Constitucionalidade	296
22.12	A Causa de Pedir Aberta e o Limite do Pedido na Ação Declaratória de Constitucionalidade	297
22.13	Medida Cautelar na Ação Declaratória de Constitucionalidade	297
22.14	Questões	298

Capítulo 23

ARGUIÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL

23.1	Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental: Fundamentos, Competência e Regulamentação	299
23.2	Requisitos Subjetivos da Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental: Legitimidade e Capacidade Postulatória	300
23.3	Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental: Objeto e Parâmetro de Controle	302
23.4	Procedimento da Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental no Supremo Tribunal Federal.....	302
23.5	Efeitos da Decisão de Mérito na Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental.....	306
23.6	O Alcance e a Força Normativa do Efeito Vinculante: Limites Subjetivos e Objetivos.....	307
23.7	Técnicas Decisórias na Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental.....	307
23.8	Modulação dos Efeitos Temporais na Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental.....	308
23.9	Desrespeito da Decisão Proferida em Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental.....	308
23.10	Atuação do Relator na Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental	308

23.11	Características da Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental	309
23.12	A Causa de Pedir Aberta e o Limite do Pedido na Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental.....	310
23.13	Liminar na Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental.....	310
23.14	Questões	311

Capítulo 24

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE INTERVENTIVA

24.1	Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva: Fundamentos, Competência e Regulamentação	312
24.2	Requisitos Subjetivos da Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva: Legitimidade e Capacidade Postulatória	312
24.3	Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva: Objeto e Parâmetro do Controle.....	313
24.4	Procedimento da Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva no Supremo Tribunal Federal	313
24.5	Efeitos da Decisão de Mérito na Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva	318
24.6	O Alcance e a Força Normativa do Efeito Vinculante: Limites Subjetivos e Objetivos.....	318
24.7	Técnicas Decisórias na Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva	319
24.8	Modulação dos Efeitos Temporais na Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva...	319
24.9	Desrespeito da Decisão Proferida em Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva...	320
24.10	Atuação do Relator na Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva	320
24.11	Características da Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva	321
24.12	A Causa de Pedir Aberta e o Limite do Pedido na Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva	322
24.13	Medida Liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva	323
24.14	Procedimentos e Consequências do Julgamento da ADI Interventiva: Intervenção como Condição.....	323
24.15	Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva Estadual	324
24.16	Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva e Ação Direta de Inconstitucionalidade Genérica.....	325
24.17	Questões	325

Capítulo 25

ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

25.1	Vida Humana, Sociedade e Estado: Uma Análise da Interdependência.....	327
25.2	Poder Político do Estado.....	327
25.3	Organização do Estado	328
25.4	Organização horizontal do estado brasileiro	328
25.5	Funções do Estado	329
25.6	Espécies de Funções do Estado.....	330
25.7	Critérios de distinção das funções do Estado.....	330
25.8	Função Administrativa e Função Jurisdicional.....	331
25.9	Função Jurisdicional e Função Legislativa.....	332
25.10	Função do Estado e Função Pública	332
25.11	Questões	332

Capítulo 26

PODER EXECUTIVO

26.1	Funções do Poder Executivo.....	334
26.2	Conceito da Função Administrativa.....	334
26.3	Características da Função Administrativa.....	334
26.4	Relações da Administração Pública.....	335
26.4.1	Administração Pública e Administração Privada.....	335
26.4.2	Administração e Propriedade.....	336
26.4.3	Função Administrativa e Atividade Administrativa.....	336
26.5	Natureza da Administração.....	336
26.6	Fins da Administração.....	336
26.7	Espécies da Função Administrativa.....	337
26.8	Conceito e Estrutura do Poder Executivo Brasileiro.....	337
26.9	Governo e Administração Pública.....	337
26.10	Estrutura e Formas do Executivo.....	338
26.10.1	Figuras Básicas do Governo.....	338
26.10.2	Formas de Exercício do Governo.....	338
26.10.3	Sistemas de Governo.....	339
26.11	O Ciclo do Poder Executivo: da Eleição e Posse à Reelection, Vacância, Substituição e Sucessão.....	339
26.11.1	Eleição no Poder Executivo.....	339
26.11.2	Reeleição no Poder Executivo.....	340
26.11.3	Posse no Poder Executivo.....	340
26.11.4	Substituição e sucessão no Poder Executivo.....	341
26.12	Atribuições do Presidente da República.....	342
26.12.1	atribuições Administrativas do Presidente da República.....	343
26.12.2	Atribuições Legislativas do Presidente da República.....	345
26.12.3	Atribuições Internacionais do Presidente da República.....	346
26.12.4	Atribuições de Defesa do Presidente da República.....	347
26.12.5	Atribuições Financeiras do Presidente da República.....	348
26.12.6	Atribuições Criminais do Presidente da República.....	348
26.13	Imunidades do Presidente da República.....	349
26.13.1	Imunidade Penal Temporária.....	349
26.13.2	Imunidade Prisional.....	350
26.13.3	Imunidade processual.....	350
26.14	Crimes do Presidente da República.....	351
26.14.1	Crimes de Responsabilidade do Presidente da República.....	351
26.14.2	Crimes Comuns do Presidente da República.....	353
26.15	Perda do Mandato do Presidente da República.....	354
26.16	Vice-Presidente da República.....	355
26.17	Ministros.....	355
26.18	Conselhos.....	356
26.18.1	Conselho da República.....	356
26.18.2	Conselho da Defesa Nacional.....	357
26.19	Organização Geral do Poder Executivo.....	358
26.20	Questões.....	358

Capítulo 27

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

27.1	Direito Administrativo.....	360
27.2	Características do Direito Administrativo	360
27.3	Sentidos de Administração Pública	360
27.3.1	Sentido Objetivo (Material ou Funcional)	360
27.3.2	Sentido Subjetivo (Orgânico ou Formal)	361
27.4	Deveres do Administrador Público.....	361
27.5	Regime Jurídico da Administração Pública.....	361
27.6	Princípios da Administração Pública.....	362
27.7	Técnicas da Organização administrativa brasileira	363
27.8	Setores e Estrutura Estatal	363
27.9	Administração pública direta ou centralizada	365
27.10	Administração pública indireta	365
27.11	Entidades paraestatais.....	366
27.11.1	Organização social.....	367
27.11.2	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público	367
27.11.3	Diferenças entre Organização Social e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público	368
27.11.4	Ordens e Conselhos Profissionais	368
27.11.5	Serviços sociais autônomos	368
27.12	Regime constitucional da administração pública	368
27.12.1	Acesso aos Cargos, Empregos e Funções Públicas.....	368
27.12.2	Concurso Público.....	370
27.12.3	Funções de Confiança e Cargos em Comissão	370
27.12.4	Direito de Associação Sindical	370
27.12.5	Direito de Greve.....	371
27.12.6	Pessoas com Deficiência	371
27.12.7	Função Pública	371
27.12.8	Remuneração.....	371
27.12.9	Acumulação Remunerada de Cargos Públicos	372
27.12.10	Precedência da Administração Fazendária	372
27.12.11	Criação da Administração Pública Indireta	372
27.12.12	Exigência de Licitação	372
27.12.13	Administração Tributária	372
27.12.14	Articulação e Defesa dos Direitos dos Usuários dos Serviços Públicos	372
27.12.15	Improbidade Administrativa.....	373
27.12.16	Prescrição de Ilícitos contra o Erário	374
27.12.17	Responsabilidade Civil do Estado	374
27.12.18	Informações Privilegiadas	375
27.12.19	Contrato de Gestão	375
27.12.20	Vedação de Acumulação de Cargos e Proventos	375
27.12.21	Exceção ao Teto Remuneratório.....	375
27.12.22	Subteto Remuneratório dos Estados e Distrito Federal	375
27.12.23	Readaptação Funcional	376
27.12.24	“Demissão” por Aposentadoria	376
27.12.25	Complementação de Aposentadorias e Pensões por Morte.....	376
27.12.26	Obrigação Constitucional de Avaliação de Políticas Públicas	376
27.12.27	Exercício de Mandato Eletivo	376
27.13	Servidores Públicos.....	377

27.13.1	Regime Jurídico dos Servidores Públicos.....	377
27.13.2	Sistema Remuneratório dos Servidores Públicos	377
27.13.3	Escolas de Governo.....	377
27.13.4	Direitos Trabalhistas dos Servidores Públicos	378
27.13.5	Índice de Proporcionalidade	378
27.13.6	Programas de Qualidade e Produtividade no Serviço Público	378
27.14	Regime Próprio da Previdência Social do Servidor Público Efetivo.....	378
27.14.1	Modalidades de Aposentadoria	378
27.14.2	Proventos de Aposentadoria.....	379
27.14.3	Vedação de Requisitos Diferenciados para Benefícios.....	380
27.14.4	Regras de Acúmulo de Aposentadorias.....	380
27.14.5	Pensão por Morte e Legislação Específica dos Entes Federativos	380
27.14.6	Reajuste e Atualização de Benefícios Previdenciários	380
27.14.7	Contagem de Tempo de Contribuição.....	380
27.14.8	Limitação Constitucional de Proventos e Remunerações.....	381
27.14.9	Regimes Próprios: Convergência Normativa com o Regime Geral de Previdência	381
27.14.10	Regime de Previdência Complementar	381
27.14.11	Teto de Contribuição Previdenciária sobre Aposentadorias de Servidores	381
27.14.12	Abono de Permanência.....	381
27.14.13	Reforma dos Regimes Próprios de Previdência Social: Limites, Gestão e Normas Gerais pela EC nº 103/2019	382
27.14.14	Estabilidade do Servidor Público	382
27.15	Dos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.....	382
27.16	Questões	383

Capítulo 28

PODER LEGISLATIVO

28.1	Funções do Poder Legislativo	384
28.2	Fiscalização Legislativa.....	384
28.3	Estrutura do Poder Legislativo.....	385
28.4	Espécies do Poder legislativo.....	386
28.5	Poder Legislativo Federal (Nacional).....	386
28.5.1	Congresso Nacional	386
28.5.2	Senado Federal.....	388
28.5.3	Câmara dos Deputados.....	390
28.5.4	Diferenças: Senado Federal e Câmara dos Deputados	391
28.6	Poder Legislativo Estadual.....	391
28.7	Poder Legislativo Distrital.....	391
28.8	Poder Legislativo Municipal	392
28.9	Organização Interna do Poder Legislativo.....	393
28.10	Comissões parlamentares de inquérito	394
28.10.1	Comissões Parlamentares de Inquérito: Natureza, Função e Regras de Criação	394
28.10.2	Poderes da Comissão Parlamentar de Inquérito.....	395
28.10.3	Princípios Aplicáveis à Comissão Parlamentar de Inquérito	395
28.10.4	Comissões Parlamentares de Inquérito: Limites de Atuação e Meios de Prova	395
28.10.5	Tramitação e Acompanhamento das Conclusões de Comissões Parlamentares de Inquérito.....	396
28.11	Funcionamento do Poder Legislativo	396
28.12	Imunidades parlamentares.....	397

28.12.1	Imunidades Parlamentares Materiais.....	397
28.12.2	Imunidades Parlamentares Formais	398
28.12.3	Imunidades Parlamentares Materiais e Formais.....	399
28.13	Prerrogativas Parlamentares: Foro, Forças Armadas e Testemunho	399
28.14	Perda do mandato do parlamentar.....	399
28.15	Incompatibilidades do parlamentar.....	400
28.16	Garantias de Independência do Poder Legislativo	400
28.17	Questões	400

Capítulo 29

TRIBUNAL DE CONTAS

29.1	Controle externo dos recursos públicos	403
29.2	Controle externo da administração pública: tipos e momentos de fiscalização	403
29.3	Estrutura dos Tribunais de Contas	404
29.4	Tribunal de Contas da União	404
29.4.1	Tribunal de Contas da União: Composição, Requisitos e Escolha dos Ministros...	404
29.4.2	Competências Constitucionais do Tribunal de Contas da União	405
29.4.3	Competência do Tribunal de Contas da União: Fiscalização pela Origem dos Recursos e Natureza Jurídica das Entidades.....	408
29.5	Relatório de Atividades do Tribunal de Contas ao Congresso Nacional	409
29.6	Ministério Público Junto ao TCU.....	409
29.7	Poderes e Controle Judicial do Tribunal de Contas.....	409
29.8	Questões	410

Capítulo 30

PROCESSO LEGISLATIVO

30.1	Processo Legislativo e Normas Constitucionais.....	411
30.2	Classificação do processo legislativo	411
30.3	Atos do Processo Legislativo	412
30.3.1	Iniciativa Legislativa	412
30.3.2	Emendas Parlamentares.....	414
30.3.3	Deliberação Parlamentar	414
30.3.4	Deliberação Executiva	414
30.3.5	Fase Complementar.....	415
30.4	Questões	416

Capítulo 31

ESPÉCIES NORMATIVAS

31.1	Lei Ordinária e Lei Complementar.....	418
31.2	Lei Delegada.....	420
31.3	Emenda Constitucional	421
31.4	Medida Provisória.....	423

31.5	Decreto Legislativo	424
31.6	Resolução.....	424
31.7	Decreto Legislativo e Resolução	425
31.8	Questões	425

Capítulo 32

PODER JUDICIÁRIO

32.1	Funções do Poder Judiciário	426
32.2	Conceito de Jurisdição	426
32.3	Classificação da Jurisdição	426
32.4	Características da Jurisdição.....	427
32.5	Princípios da Jurisdição.....	427
32.6	Sistema de Jurisdição única	429
32.7	Exercício da Jurisdição.....	429
32.8	Jurisdição condicionada	429
32.9	Órgãos do poder Judiciário.....	430
32.10	Quinto constitucional no Poder Judiciário	430
32.11	Garantias da magistratura	431
32.12	Estatuto da magistratura.....	432
32.13	Ramos do Poder Judiciário	434
32.14	Competência no Poder Judiciário.....	435
32.14.1	Justiça Militar.....	435
32.14.2	Justiça Trabalhista.....	435
32.14.3	Justiça Eleitoral	436
32.14.4	Justiça Federal Comum	436
32.14.5	Justiça Estadual Comum	438
32.15	Estrutura do Poder Judiciário	438
32.16	Supremo Tribunal Federal.....	441
32.16.1	Competência Originária	441
32.16.2	Competência Recursal.....	444
32.17	Superior Tribunal de Justiça	444
32.17.1	Competência Originária	445
32.17.2	Competência Recursal	448
32.18	Conselho Nacional de Justiça	448
32.19	Súmula Vinculante	449
32.20	Precatório.....	450
32.21	Questões	453

Capítulo 33

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

33.1	Conceito e Características das Funções Essenciais à Justiça no Direito Constitucional Brasileiro	456
33.2	Ministério Público.....	457
33.2.1	Conceito do Ministério Público.....	457
33.2.2	Estrutura do Ministério Público	457

33.2.3	Carreira do Ministério Público	459
33.2.4	Princípios Institucionais do Ministério Público	459
33.2.5	Garantias do Ministério Público	460
33.2.6	Atribuições do Ministério Público	460
33.2.7	Conselho Nacional do Ministério Público	462
33.3	Advocacia Pública	462
33.3.1	Conceito da Advocacia Pública	462
33.3.2	Estrutura da Advocacia Pública	463
33.3.3	Advocacia Pública Municipal	463
33.3.4	Advocacia Pública Estadual/Distrital	463
33.3.5	Advocacia-Geral da União	463
33.4	Advocacia Privada	464
33.4.1	Conceito da Advocacia Privada	464
33.4.2	Carreira da Advocacia Privada	464
33.4.3	Inviolabilidade do Advogado	464
33.5	Defensoria Pública	464
33.5.1	Conceito da Defensoria Pública	465
33.5.2	Estrutura da Defensoria Pública	465
33.5.3	Carreira da Defensoria Pública	465
33.5.4	Princípios Institucionais da Defensoria Pública	465
33.6	Questões	465

Capítulo 34

DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

34.1	A Defesa da Normalidade Constitucional: Mecanismos para a Preservação do Estado Democrático de Direito e Social	468
34.2	Crise Constitucional e o Sistema de Defesa do Estado	468
34.3	Defesa do Estado e Defesa das Instituições Democráticas	468
34.4	Sistema Constitucional de Crises: Estados de Exceção e Legalidade Extraordinária	469
34.5	O Sistema Constitucional de Crises: Estado de Defesa e Manutenção da Ordem	470
34.5.1	Legalidade Excepcional: O Regime Jurídico do Estado de Sítio	471
34.6	Estado de Defesa e Estado de Sítio: Diferenças no Sistema Constitucional de Crises	472
34.6.1	Estado de Defesa e Estado de Sítio: Pontos de Convergência no Direito brasileiro	473
34.7	Defesa do Estado e das Instituições Democráticas: A Atuação das Forças Armadas	474
34.8	Forças Armadas e Segurança Pública: A Interface no Aparelho de Estado Brasileiro	478
34.9	Segurança Pública e a Defesa do Estado Democrático de Direito	479
34.9.1	A Segurança Pública na Constituição Federal: Natureza, Finalidade e Organização	479
34.9.2	Função Policial	480
34.9.3	Competência da União na Legislação sobre Segurança Pública	481
34.9.4	Segurança Pública Municipal	482
34.9.5	Segurança Pública Estadual/Distrital	482
34.9.6	Segurança Pública Federal	483
34.9.7	Segurança Viária	485
34.9.8	Polícia Penal	485
34.10	Questões	486

Capítulo 35

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS – PARTE GERAL

35.1	Teoria Geral dos Direitos e das Garantias Fundamentais.....	488
35.2	Conceito e Perspectivas dos Direitos e das Garantias Fundamentais.....	488
35.3	Fundamentos dos Direitos e das Garantias Fundamentais: Abordagens Jurídica e Teórica.....	489
35.3.1	Fundamentos Jurídicos dos Direitos e das Garantias Fundamentais	489
35.3.2	Fundamentos Teóricos dos Direitos e das Garantias Fundamentais	491
35.4	A Interdependência entre Direitos Fundamentais, Democracia e a Organização dos Poderes na República.....	492
35.5	Distinções na Teoria Geral dos Direitos e das Garantias Fundamentais	493
35.5.1	Direitos Humanos e Direitos Fundamentais: Distinções e Aproximações na Teoria do Direito	493
35.5.2	Direitos Fundamentais e Garantias Fundamentais	493
35.5.3	Direitos Fundamentais e Garantias Institucionais.....	493
35.6	Princípios Basilares dos Direitos Fundamentais: Abertura Material e Relatividade da Aplicação	494
35.6.1	Princípio da Não Taxatividade.....	494
35.6.2	Princípio da Relatividade	494
35.7	Limites do Estado ao Exercício dos Direitos Fundamentais: Critérios e a Teoria dos Limites dos Limites	495
35.8	Gerações ou Dimensões dos Direitos e das Garantias Fundamentais.....	496
35.9	Destinatários dos Direitos e das Garantias Fundamentais	497
35.10	Princípio da Igualdade e as Distinções Constitucionais entre Brasileiros Natos e Naturalizados.....	498
35.11	Colisão e Ponderação dos Direitos e das Garantias Fundamentais.....	499
35.12	Teoria dos Quatro <i>Status</i> de Jellinek.....	499
35.13	Características dos Direitos e das Garantias Fundamentais.....	500
35.14	Sistemas de Proteção dos Direitos e das Garantias Fundamentais.....	500
35.15	Caráter Vinculante dos Direitos e das Garantias Fundamentais	501
35.16	Classificação dos Direitos fundamentais.....	501
35.16.1	Quanto ao Texto Constitucional.....	501
35.16.2	Quanto à Previsão.....	502
35.16.3	Quanto ao Caráter Aberto do Catálogo.....	502
35.16.4	Quanto à Função	502
35.17	Declarações de Direitos Fundamentais	502
35.18	Eficácia dos Direitos e das Garantias Fundamentais.....	503
35.19	A Cláusula de Expansão dos Direitos Fundamentais	504
35.20	Tratados e Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos.....	505
35.21	Tribunal Penal Internacional e a Constituição Federal de 1988	506
35.22	Direito Internacional dos Direitos Humanos	507
35.23	Direito de Resistência	508
35.24	Questões	508

Capítulo 36

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS – PARTE ESPECIAL

36.1	Direitos Fundamentais.....	510
36.2	Direitos Individuais e Coletivos	510
36.2.1	Direito à Vida.....	510
36.2.2	Direito à Integridade Física	511
36.2.3	Direito à Integridade Moral	511
36.2.4	Direito à Privacidade	511
36.2.5	Direito à Igualdade	512
36.2.6	Direito à Liberdade	512
36.2.7	Direito de Propriedade.....	513
36.2.8	Direito à Legalidade.....	514
36.2.9	Direito à Proteção Judiciária	516
36.2.10	Direito à Segurança das Relações Jurídicas	517
36.2.11	Segurança do Domicílio.....	517
36.2.12	Segurança das Comunicações Pessoais	518
36.2.13	Segurança em Matéria Penal	519
36.2.14	Publicidade Processual.....	524
36.2.15	Assistência Jurídica Integral e Gratuita	525
36.2.16	Direitos de Cidadania	525
36.2.17	Direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.....	525
36.2.18	Direitos Coletivos.....	526
36.3	Direito Sociais.....	527
36.3.1	Direitos Sociais: Conceito, Espécies e a Renda Básica Familiar na Constituição... ..	527
36.3.2	Direitos dos Trabalhadores	528
36.3.3	Direitos dos Trabalhadores Domésticos.....	530
36.3.4	Direitos Coletivos dos Trabalhadores.....	532
36.4	Direitos de Nacionalidade	533
36.4.1	Nacionalidade: Conceito, Natureza Jurídica e Espécies	533
36.4.2	Nacionalidade Primária	534
36.4.3	Nacionalidade Secundária.....	535
36.4.4	Tratamento Diferenciado entre Brasileiros Natos e Naturalizados	536
36.4.5	Quase Nacionalidade.....	537
36.4.6	Perda da Nacionalidade	537
36.4.7	Direitos relacionados com Nacionalidade.....	538
36.4.8	Renúncia expressa à nacionalidade brasileira	538
36.4.9	Vocabulário de Nacionalidade	539
36.5	Direitos Políticos	539
36.5.1	Conceito e Espécies dos Direitos Políticos	539
36.5.2	Direitos Políticos Positivos	540
36.5.3	Direitos Políticos Negativos	542
36.5.4	Garantias do Processo Eleitoral: Princípio da Anterioridade, Regramento das Consultas Locais e a Ação de Impugnação ao Mandato Eletivo	544
36.6	Direitos relacionados aos Partidos Políticos.....	546
36.7	Questões	547

Capítulo 37

REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS - PARTE GERAL

37.1	Garantias Constitucionais: Conceito e Função de Proteção aos Direitos Fundamentais....	551
37.2	Garantias e Remédios Constitucionais: Distinção.....	551
37.3	Classificação das Garantias Fundamentais.....	552
37.3.1	Quanto à Finalidade (Objeto)	552
37.3.2	Quanto ao Sentido (Alcance)	552
37.3.3	Quanto à Abrangência (Função).....	552
37.3.4	Quanto ao Conceito (Essência)	552
37.4	A Plena Eficácia dos Direitos Fundamentais: Parâmetros Jurídicos para sua Realização...	553
37.5	Concretização dos Direitos: Tensões e Dialéticas na Intersecção entre a Atuação Estatual, a Sociedade Civil e o Sistema de Justiça	554
37.6	Questões	555

Capítulo 38

REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS ADMINISTRATIVOS

38.1	Remédios Administrativos Constitucionais: Direito de Petição e Direito de Certidão	556
38.2	Direito de Certidão.....	557
38.3	Direito de Petição	557
38.4	Questões	558

Capítulo 39

REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS JUDICIAIS

39.1	Identificação dos Remédios Constitucionais	559
39.1.1	Previsão Normativa: Onde Encontrar os Remédios na Constituição Federal	559
39.1.2	Origem Mundial e Brasileira dos Remédios Constitucionais	559
39.1.3	Regulamentação dos Remédios Constitucionais.....	560
39.1.4	Cláusulas de Vigência e Revogação das Leis Regulamentadoras dos Remédios Constitucionais.....	560
39.2	Aspectos Comuns dos Remédios Constitucionais	561
39.2.1	Prazo de Propositura.....	561
39.2.2	Aplicação Subsidiária do Código de Processo Civil	562
39.2.3	Petição Inicial: Requisitos e Especificidades Legais.....	562
39.2.4	Emenda à Petição Inicial.....	563
39.2.5	Indeferimento da Petição Inicial	563
39.2.6	Recurso contra o Indeferimento da Petição Inicial.....	564
39.2.7	Renovação da Demanda	564
39.2.8	Reexame Necessário	565
39.2.9	Indicação da Parte Contrária na Petição Inicial	566
39.2.10	Comunicação Processual da Parte Contrária pelo Poder Judiciário	566
39.2.11	A Atuação do Ministério Público nos Remédios Constitucionais	567
39.2.12	Gratuidade nos Remédios Constitucionais	568
39.2.13	Competência para Processar e Julgar Remédios Constitucionais	569
39.2.14	Natureza Jurídica dos Remédios Constitucionais	572
39.2.15	Procedimento dos Remédios Constitucionais	572

39.2.16	Liminar nos Remédios Constitucionais.....	573
39.2.17	Capacidade Postulatória nos Remédios Constitucionais.....	574
39.2.18	Remédios Constitucionais no Brasil: Uma Trajetória de Supressão Temporária e Plena Consolidação na CF/1988.....	575
39.3	<i>Habeas Data</i>	575
39.3.1	<i>Habeas Data</i> : O Instrumento de Acesso, Retificação e Anotação de Dados Pessoais (CF/1988 e Lei nº 9.507/1997).....	575
39.3.2	<i>Habeas Data</i> : Aspectos Subjetivos e Legitimidade Processual.....	576
39.3.3	<i>Habeas Data</i> : A Necessidade do Esgotamento da Via Administrativa como Condição para a Ação Judicial.....	577
39.3.4	Procedimento Administrativo no <i>Habeas Data</i>	578
39.3.5	Sentença no <i>Habeas Data</i>	578
39.3.6	O Regime Jurídico dos Recursos no <i>Habeas Data</i>	579
39.3.7	Instrução do <i>Habeas Data</i> : Papel do Relator e Tramitação Urgente.....	579
39.3.8	<i>Habeas Data</i> na Prática: Análise da Jurisprudência do STJ e STF sobre Acesso a Dados Públicos e Privados.....	580
39.4	Ação Popular.....	581
39.4.1	Ação Popular: Conceito, Requisitos e Cabimento.....	582
39.4.2	Legitimidade das Partes na Ação Popular.....	584
39.4.3	O Menor entre 16 e 18 Anos na Ação Popular.....	585
39.4.4	Natureza Jurídica da Legitimidade Ativa na Ação Popular.....	585
39.4.5	Aspectos Processuais na Ação Popular.....	586
39.4.6	Sentença na Ação Popular.....	587
39.4.7	Desistência ou Abandono da Causa na Ação Popular.....	587
39.4.8	Princípio da Congruência na Ação Popular.....	588
39.4.9	Sanções por Lide Temerária, Apuração de Danos e Implicações Criminais na Ação Popular.....	588
39.4.10	Execução (Cumprimento) da Sentença Condenatória na Ação Popular.....	589
39.4.11	Regime Jurídico dos Recursos na Ação Popular.....	589
39.4.12	Beneficiário da Condenação na Ação Popular.....	589
39.5	Mandado de Injunção.....	589
39.5.1	Omissão Inconstitucional e a Síndrome de Inefetividade das Normas na CF/1988: Mecanismos de Combate.....	590
39.5.2	Mandado de Injunção: Conceito, Função e Finalidade.....	590
39.5.3	Legitimidade das Partes no Mandado de injunção.....	590
39.5.4	Pressupostos do Mandado de Injunção.....	591
39.5.5	Mandado de Injunção: Tipos de Omissão e Natureza do Ato Normativo Faltante... ..	591
39.5.6	Sentença no Mandado de Injunção.....	591
39.5.7	Mandado de Injunção: Eficácia e Superveniência da Norma Regulamentadora... ..	592
39.5.8	Mandado de Injunção Coletivo.....	592
39.5.9	Mandado de Injunção Estadual.....	593
39.5.10	Notas Relevantes do Mandado de Injunção.....	593
39.6	Mandado de Segurança.....	593
39.6.1	Mandado de Segurança: Finalidade e Legitimidade das Partes.....	593
39.6.2	Cabimento no Mandado de Segurança.....	594
39.6.3	Requisitos Cumulativos do Mandado de Segurança.....	594
39.6.4	Cabimento do Mandado de Segurança contra Atos do Poder Executivo e Empresas Estatais: Delimitação e Exceções.....	596
39.6.5	Mandado de Segurança Contra Particular: Requisitos e Hipóteses de Aplicação... ..	596
39.6.6	Prazos e Forma de Impetração do Mandado de Segurança.....	597
39.6.7	Aspectos Processuais no Mandado de Segurança.....	597
39.6.8	Da Sentença e Comunicações Processuais no Mandado de Segurança.....	598
39.6.9	Regime Jurídico dos Recursos no Mandado de Segurança.....	598

39.6.10	Do Processamento e Julgamento do Mandado de Segurança em Segunda Instância e Instâncias Superiores	599
39.6.11	Mandado de Segurança Coletivo	599
39.6.12	Notas Relevantes e Jurisprudência Consolidada do Mandado de Segurança	599
39.7	<i>Habeas Corpus</i>	603
39.7.1	<i>Habeas Corpus</i> : Conceito, Função e Evolução Histórica (Mundial e no Brasil)	603
39.7.2	<i>Habeas Corpus</i> : Capacidade Postulatória, Objeto e Natureza Jurídica	604
39.7.3	Espécies de <i>Habeas Corpus</i>	605
39.7.4	Partes e Legitimidade no <i>Habeas Corpus</i>	605
39.7.5	Condições da Ação e Fundamentos do <i>Habeas Corpus</i>	607
39.7.6	Competência no <i>Habeas Corpus</i>	607
39.7.7	Aspectos Processuais do <i>Habeas Corpus</i>	608
39.7.8	Procedimento do <i>Habeas Corpus</i>	609
39.7.9	<i>Habeas Corpus</i> e Punição Disciplinar Militar	609
39.7.10	<i>Habeas Corpus</i> Coletivo	609
39.7.11	Notas Relevantes e Jurisprudência Consolidada do <i>Habeas Corpus</i>	610
39.8	Questões	612

Capítulo 40

ORDEM TRIBUTÁRIA

40.1	Estrutura e Fundamento do Sistema Tributário Nacional	614
40.2	Competência tributária	614
40.2.1	Conceito	614
40.2.2	Características	615
40.2.3	Espécies	616
40.2.4	Competência tributária dos entes políticos	617
40.3	Sistema constitucional tributário	618
40.3.1	Princípios Constitucionais Tributários	618
40.3.2	Princípio da Anterioridade e Princípio da Noventena	620
40.4	Imunidade Tributária	620
40.4.1	Imunidade Tributária: Definição, Finalidades e Espécie	620
40.4.2	Imunidade Tributária na Constituição Federal	621
40.5	Tributo	622
40.5.1	Conceito do Tributo	622
40.5.2	Objetivos do Tributo	623
40.5.3	Estrutura do Tributo	623
40.5.4	Classificação jurídica do Tributo	624
40.6	Espécies de tributos	624
40.6.1	Impostos	624
40.6.2	Taxas	625
40.6.3	Contribuição de melhoria	625
40.6.4	Imposto extraordinário	626
40.6.5	Empréstimo compulsório	626
40.6.6	Impostos residuais	627
40.6.7	Contribuições	627
40.7	Lei complementar em matéria tributária	627
40.8	Classificação dos impostos	628
40.8.1	Impostos municipais	628
40.8.2	Impostos estaduais	630
40.8.3	Impostos federais	632

40.8.4	Imposto de Competência Compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios	636
40.9	Repartição de receitas tributárias	637
40.9.1	Crêditos de distribuição de receitas tributárias entre entes federativos.....	637
40.9.2	Repartição de Receitas Tributárias no Brasil: Funções da Lei Complementar, Autonomia Financeira dos Entes Federativos e Transparência Pública	639
40.10	Questões	640

Capítulo 41

FINANÇAS PÚBLICAS

41.1	Finanças Públicas e Atividade Financeira	642
41.2	Hierarquia e Aplicação das Normas de Finanças Públicas: O Papel da Lei Complementar e da Lei nº 4.320/1964.....	642
41.3	Atividade Financeira.....	643
41.3.1	Receita Pública	644
41.3.2	Despesa Pública	647
41.3.3	Crédito Público	648
41.3.4	Orçamento Público.....	649
41.4	Finanças Públicas e Direito Financeiro	650
41.5	Transparência e Padronização das Contas Públicas.....	650
41.6	Banco Central do Brasil: Autarquia Federal e Autoridade Monetária do País	651
41.7	Competências e Funções Essenciais do Banco Central do Brasil.....	651
41.8	Disponibilidades de Caixa	652
41.9	Condução da Política Fiscal.....	653
41.10	Planejamento e Orçamento Público: As Leis Orçamentárias Fundamentais	653
41.10.1	Lei do Plano Plurianual.....	653
41.10.2	Lei de Diretrizes Orçamentárias	654
41.10.3	Lei Orçamentária Anual	654
41.11	Lei Complementar e Orçamento Público	655
41.11.1	Lei Complementar e as Normas Gerais de Direito Financeiro: Orçamentos Públicos e Execução Quantitativa.....	655
41.11.2	Dever de Execução Orçamentária e a Lei de Diretrizes Orçamentárias da União.....	655
41.11.3	Transparência e Gestão de Investimentos Públicos Federais	656
41.11.4	Alterações no Regime Fiscal: Exclusão e Inclusão Gradual de Precatórios nos Limites de Despesas a partir de 2026.....	656
41.12	Processo Legislativo do Orçamento Público.....	656
41.13	Emendas Individuais ao Orçamento	657
41.13.1	Regras de Execução das Emendas Parlamentares.....	657
41.13.2	Fases do Processo Orçamentário	658
41.14	Princípios Orçamentários	658
41.15	Repasse de Duodécimos	662
41.16	Regime Extraordinário Fiscal e de Contratações em Calamidade Pública Nacional	662
41.17	Contratação Simplificada	662
41.18	Flexibilização Fiscal e Orçamentária para Enfrentamento de Calamidades (EC nº 109/2021)	663
41.19	Medidas Excepcionais de Flexibilização Fiscal	663
41.20	Mecanismo de Ajuste Fiscal por Risco de Desequilíbrio.....	663
41.21	Regime de Ajuste Fiscal Emergencial	664

41.22	Limites de Despesa com Pessoal	665
41.23	Sistema Financeiro Nacional	665
41.24	Questões	667

Capítulo 42

ORDEM ECONÔMICA

42.1	Ordem Econômica	668
42.1.1	Conceito da Ordem Econômica	668
42.1.2	Ordem Econômica e Regime Político	668
42.1.3	Modelo na Ordem Econômica	669
42.1.4	Origem da Ordem Econômica	669
42.1.5	Ordem Econômica e Constituição Federal	669
42.1.6	Ordem Econômica e Atividade Econômica	670
42.1.7	Política Econômica	671
42.1.8	Análise Econômica do Direito	671
42.2	Direito Econômico	671
42.2.1	Conceito do Direito Econômico	671
42.2.2	Objeto do Direito Econômico	673
42.2.3	Competência Legislativa do Direito Econômico	673
42.2.4	Fontes do Direito Econômico	673
42.2.5	Características do Direito Econômico	673
42.2.6	Normas do Direito Econômico	674
42.2.7	Sujeitos do Direito Econômico	674
42.2.8	Regulação da Atividade Econômica	675
42.3	Constituição Econômica	676
42.3.1	Conceito de constituição econômica	676
42.3.2	Espécies de Constituição Econômica	677
42.3.3	Modelos de Sistema Econômico	677
42.3.4	Forma Econômica	677
42.4	Relação do Estado com a Economia	677
42.5	Princípios gerais da atividade econômica	678
42.5.1	Contexto dos Princípios da Atividade Econômica	678
42.5.2	Princípios da Atividade Econômica em Espécie	678
42.6	Liberalismo e Intervencionismo	682
42.7	Atuação do Estado no domínio econômico	683
42.7.1	Atuação e Intervenção do Estado no Domínio Econômico	683
42.7.2	Intervenção do Estado no Domínio Econômico	683
42.7.3	Intervenção Direta do Estado no Domínio Econômico	683
42.7.4	Intervenção Indireta do Estado no Domínio Econômico	685
42.8	Exploração de minérios nucleares	685
42.9	Exploração de petróleo e gás natural	686
42.10	Tratamento jurídico do capital estrangeiro	686
42.11	Associativismo e Cooperativismo	686
42.12	Atividade garimpeira	687
42.13	Recursos minerais	687
42.13.1	Conceito de Recursos Minerais	687
42.13.2	Regime Jurídico dos recursos minerais no Brasil	688
42.14	Transporte	688
42.14.1	Transporte Interno	688

42.14.2	Transporte Internacional.....	688
42.14.3	Transporte aéreo.....	689
42.14.4	Navios e Águas.....	689
42.15	Turismo.....	689
42.15.1	Conceito do Turismo	689
42.15.2	Papel do Estado no Turismo.....	689
42.15.3	Política Nacional do Turismo	690
42.15.4	Agência de Turismo	690
42.15.5	Guia de Turismo	690
42.16	Requisição estrangeira.....	690
42.17	Política urbana	691
42.17.1	Conceito da política urbana	691
42.17.2	Competências Urbanísticas	691
42.17.3	Direito Urbanístico	692
42.17.4	Propriedade Urbana	693
42.17.5	Desapropriação Municipal	693
42.17.6	Usucapião Pró-moradia e Usucapião Especial Coletiva	693
42.18	Política agrícola e fundiária e da reforma agrária	694
42.18.1	Política Agrícola.....	694
42.18.2	Propriedade Rural.....	694
42.18.3	Desapropriação Rural	695
42.18.4	Destinação de Terras Públicas e Devolutas	696
42.18.5	Usucapião Pró-labore	696
42.19	Questões	696

Capítulo 43

ORDEM SOCIAL – SEGURIDADE SOCIAL

43.1	Base da Ordem Social	698
43.1.1	Justiça Social	698
43.1.2	Políticas Sociais	700
43.2	Seguridade Social	700
43.2.1	Contribuições sociais.....	704
43.2.2	Orçamento da Seguridade Social	705
43.2.3	Pessoa Jurídica em débito com a Seguridade Social	705
43.2.4	Novas contribuições sociais	706
43.2.5	Regra da contrapartida	706
43.2.6	Noventena.....	707
43.2.7	Imunidade das entidades beneficentes de Assistência Social	707
43.2.8	Pequeno produtor rural e o pescador artesanal	707
43.2.9	Alíquotas e bases de cálculo diferenciadas.....	708
43.2.10	Suspensão, extinção e exclusão das contribuições sociais	708
43.2.11	Não cumulatividade das contribuições sociais.....	709
43.2.12	Tempo de contribuição	709
43.2.13	Contribuição social sobre bens e serviços	709
43.3	Previdência Social.....	709
43.3.1	Regime Geral de Previdência Social: Conceito, Características e Princípios	709
43.3.2	Princípios e Requisitos Fundamentais dos Benefícios Previdenciários	710
43.3.3	Aposentadoria no Regime Geral de Previdência Social	710
43.3.4	Previdência Social: acidentes, salários e proteção social	711
43.3.5	Aposentadoria Compulsória de Empregados Públicos	711

43.3.6	Benefícios Previdenciários.....	712
43.3.7	Regime de Previdência Privada.....	715
43.4	Saúde	716
43.4.1	Fundamentos Jurídicos e Sociais do Direito à Saúde no Brasil	716
43.4.2	Sistema Único de Saúde.....	716
43.4.3	Serviços Privados de Assistência à Saúde	718
43.4.4	Aplicação de Recursos em Ações e Serviços Públicos de Saúde	719
43.4.5	Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias	720
43.4.6	Piso Salarial Nacional da Enfermagem	721
43.4.7	Assistência Financeira Complementar da Saúde	721
43.4.8	Doação de órgãos, tecidos e sangue.....	722
43.5	Da Assistência Social	722
43.6	Questões	724

Capítulo 44

ORDEM SOCIAL – DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DO JOVEM E DA PESSOA IDOSA

44.1	Família	725
44.1.1	A Família na Constituição de 1988.....	725
44.1.2	Pluralismo Familiar	725
44.1.3	União Estável.....	726
44.1.4	Sociedade Conjugal: Da Igualdade de Deveres à Dissolução do Vínculo Matrimonial.....	727
44.1.5	Planejamento Familiar	728
44.1.6	Planejamento Familiar no Sistema Único de Saúde (SUS).....	729
44.1.7	Esterilização Voluntária (Lei nº 14.443/2022)	729
44.1.8	Violência no Âmbito Familiar	730
44.2	Criança e Adolescente	730
44.2.1	Proteção Integral no Brasil: Criança e Adolescente como Sujeitos de Direitos.....	730
44.2.2	Imputabilidade Penal, Ato Infracional e Garantias Processuais de Crianças e Adolescentes no Direito brasileiro	730
44.2.3	Medidas Socioeducativas no Estatuto da Criança e do Adolescente: Princípios e Aplicação da Internação.....	731
44.2.4	Direitos da Criança e do Adolescente.....	732
44.2.5	Menor e as Drogas	735
44.2.6	“Toque de Recolher”	736
44.2.7	“Castração Química de Pedófilo”	736
44.2.8	Assistência Integral à Saúde: Um Compromisso do Estado com Crianças, Adolescentes e Jovens	737
44.3	Jovem	737
44.3.1	Art. 227 da CF/1988: Proteção Integral e Dever do Estado pela Juventude	737
44.3.2	Estatuto da Juventude: Princípios e Direitos para Jovens.....	738
44.3.3	Direitos do Jovem	738
44.3.4	Do Direito à Diversidade e à Igualdade	739
44.3.5	Do Direito à Saúde.....	739
44.3.6	Direito à Cultura	739
44.3.7	Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão	740
44.3.8	Direito ao Desporto e ao Lazer	740
44.3.9	Direito ao Território e à Mobilidade	740
44.3.10	Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente	740
44.3.11	Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça	741

44.4	Sistema Nacional da Juventude	741
44.5	Pessoa Idosa	741
44.5.1	Pessoa Idosa: Dignidade, Direitos e o Combate ao Etarismo.....	741
44.5.2	Direitos Fundamentais da Pessoa Idosa.....	742
44.6	Questões	746

Capítulo 45

ORDEM SOCIAL – ÍNDIOS

45.1	Constitucionalismo Indígena	748
45.2	Categorização dos Indígenas	748
45.3	Capacidade Civil e Emancipação do indígena	749
45.4	Defesa dos Povos Indígenas e Legitimidade Processual.....	749
45.5	Terras Indígenas: Definição, Natureza Jurídica e Fundamentos Constitucionais	749
45.6	Usufruto Territorial dos Indígenas	750
45.7	Demarcação de Terras Indígenas	751
45.8	Indigenato.....	752
45.9	Irremovibilidade dos Indígenas	752
45.10	Direitos Territoriais Indígenas e Imunidade Tributária	752
45.11	Indígena: Depoimento na CPI	753
45.12	Competência e regime penal nas questões indígenas	753
45.13	Questões	754

Capítulo 46

ORDEM SOCIAL – CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

46.1	Categorias de pesquisa na CF/1988	755
46.2	Apoio do Estado à Ciência, Tecnologia e Inovação	755
46.3	Uso dos Animais: educação e ciência	755
46.4	Modificação genética	756
46.5	Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Setor Espacial.....	756
46.6	Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento no Setor de Transportes.....	756
46.7	Incentivos à Inovação	757
46.8	Vinculação de Receitas para Ciência e Tecnologia.....	757
46.9	Mercado interno	757
46.10	Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SINCTI).....	758
46.11	Questões	758

Capítulo 47

ORDEM SOCIAL – COMUNICAÇÃO SOCIAL

47.1	Direito à Livre Expressão na Constituição (Comunicação Social).....	760
47.2	Meios de Comunicação e Princípios Constitucionais.....	760
47.3	Liberdades e Comunicação Social.....	760
47.4	Radiodifusão Comunitária e Limites à Liberdade de Expressão	761

47.5	Jornalismo, Liberdade de Expressão e Crítica.....	761
47.6	Limites constitucionais da Comunicação Social.....	762
47.7	Nacionalidade e Propriedade de Empresas de Comunicação Social	763
47.8	Rádiodifusão no Brasil: Definição e Requisitos Legais.....	763
47.9	Conselho de comunicação social	764
47.10	Questões	765

Capítulo 48

ORDEM SOCIAL – DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

48.1	Da Educação	767
48.1.1	Natureza, Abrangência e Estrutura da Educação Nacional	767
48.1.2	Princípios Fundamentais da Educação Nacional	767
48.1.3	Autonomia universitária	767
48.1.4	Deveres do Estado.....	768
48.1.5	Organização do Ensino: Privado, Religioso e Indígena.....	768
48.1.6	Sistema de Ensino Público	768
48.1.7	Financiamento da Educação.....	769
48.1.8	Escolas Comunitárias, Confessionais ou Filantrópicas	769
48.1.9	Plano Nacional de Educação	770
48.1.10	FUNDEB.....	770
48.2	Da Cultura.....	771
48.2.1	Conceito e Proteção Constitucional da Cultura no Brasil	771
48.2.2	Direito Cultural e Intervenção Estatal.....	771
48.2.3	A Cultura e as Datas Comemorativas	772
48.2.4	Patrimônio Cultural	772
48.2.5	Tombamento: Instrumento de Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro	773
48.2.6	Vinculação da Receita Tributária e o Fomento Cultural	773
48.2.7	Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC).....	774
48.2.8	Plano Nacional de Cultura.....	774
48.2.9	Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC).....	776
48.2.10	Sistema Nacional de Cultura	777
48.3	Do Desporto	778
48.3.1	Noções Gerais do Desporto: Conceito, Finalidade e Fundamentos Jurídicos.....	778
48.3.2	Desporto Formal e Desporto Não Formal	779
48.3.3	Princípios Fundamentais do Desporto	779
48.3.4	Manifestações do Desporto	780
48.3.5	Princípios do Desporto de Rendimento Profissional	781
48.3.6	Administração e Propriedade Intelectual no Desporto	781
48.3.7	Atletas Servidores Públicos e Competições Oficiais	781
48.3.8	Exibição e Acessibilidade dos Jogos das Seleções Brasileiras de Futebol.....	782
48.3.9	Estudantes Atletas de Alto Nível.....	782
48.3.10	Dia do Desporto.....	782
48.3.11	Direito ao Uso da Imagem do Atleta Profissional	783
48.3.12	Arbitragem e Desporto	783
48.3.13	Representação em Juízo dos Atletas Profissionais	783
48.3.14	Sistema Nacional do Esporte	783
48.3.15	Justiça Desportiva.....	783
48.3.16	Lei Geral do Esporte (Lei nº 14.597/2023)	784
48.4	Questões	786

Capítulo 49

ORDEM SOCIAL – MEIO AMBIENTE

49.1	Direito Ambiental	788
49.1.1	Conceito do Direito Ambiental	788
49.1.2	Características do Direito Ambiental	788
49.1.3	Concepções Filosóficas do Direito Ambiental	788
49.1.4	Fundamentos Éticos do Direito Ambiental: A Ética Ambiental	789
49.1.5	Direito Ambiental como Direito Econômico	789
49.1.6	Interpretação da Legislação Ambiental	790
49.2	Meio Ambiente	790
49.3	Tutela Constitucional Ambiental	791
49.3.1	Constituição e o Meio Ambiente	791
49.3.2	Deveres do Poder Público em Relação ao Meio Ambiente	791
49.3.3	Normas constitucionais de proteção ambiental	792
49.4	Princípios do Direito Ambiental	793
49.5	Competências em Matéria Ambiental	794
49.5.1	Competência Administrativa Ambiental	794
49.5.2	Competência Legislativa Ambiental	795
49.5.3	Competência Jurisdicional Ambiental	796
49.5.4	Competência Municipal Ambiental	796
49.6	Política Nacional do Meio ambiente	796
49.6.1	Objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente	796
49.6.2	Princípios da Política Nacional do Meio Ambiente	797
49.6.3	Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente	797
49.7	Sistema Nacional do Meio Ambiente	798
49.8	Tutela Administrativa Ambiental	799
49.8.1	Poder de Polícia e Direito Ambiental	799
49.8.2	Responsabilidade Administrativa Ambiental	799
49.8.3	Licenciamento Ambiental	799
49.8.4	Estudo prévio do impacto ambiental	800
49.9	Tutela Civil Ambiental	801
49.10	Tutela Penal Ambiental	802
49.10.1	Aplicação e Dosimetria da Pena nos Crimes Ambientais	802
49.10.2	Penas Restritivas de Direito	802
49.10.3	Pena de Multa	803
49.10.4	Aspectos Processuais nos Crimes Ambientais	803
49.10.5	Apreensão de Produto e Instrumento de Infração Administrativa ou Crime	803
49.11	Tutela Processual Ambiental	804
49.12	Espaços Ambientalmente Protegidos	805
49.13	Sistema Nacional de Unidades de Conservação	807
49.14	Urbanismo e Meio Ambiente	809
49.14.1	Direito Urbanístico	809
49.14.2	Competências Urbanísticas	809
49.14.3	Propriedade Urbana	810
49.14.4	Política Urbana: Estatutos, Moradia e Segurança	810
49.15	Poluição Ambiental	811
49.16	Política Nacional em Matéria Ambiental	811
49.17	Participação Popular e Meio Ambiente	812
49.18	Questões	813

Capítulo 50

DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS

50.1	Noções gerais	814
50.2	Vedações à União	814
50.3	Criação de Estado.....	814
50.4	Serviços notariais e de registro.....	815
50.5	Fiscalização e controle sobre Comércio Exterior	818
50.6	Venda e revenda de combustíveis	818
50.7	Arrecadação do PIS/PASEP	819
50.8	Contribuições Compulsórias	820
50.9	Consórcios e Convênios de Cooperação	820
50.10	Gratuidade do Ensino Público.....	821
50.11	Desapropriação confisco.....	821
50.12	Acesso adequado às pessoas com deficiência.....	823
50.13	Assistência aos herdeiros e dependentes de vítima de crime doloso.....	824
50.14	Proibições da Medida Provisória	824
50.15	Critérios de perda de cargo público.....	825
50.16	Teto remuneratório.....	826
50.17	Fundos de contribuição de bens, direitos e ativos.....	826
50.18	Questões	827
REFERÊNCIAS		828

CAPÍTULO 1

Direito Constitucional

1.1 TERMINOLOGIA DO DIREITO CONSTITUCIONAL

1.1.1 Origem Histórica da Expressão “Direito Constitucional”

A expressão “Direito Constitucional” surge com o movimento do constitucionalismo moderno – um regime que visa limitar o Poder do Estado em favor das liberdades públicas. Esse movimento ganhou força com as revoluções liberais do século XVIII, notadamente as revoluções Americana e Francesa¹.

O surgimento do termo “Direito Constitucional” está, portanto, intrinsecamente ligado ao movimento do constitucionalismo e coincide com o advento das primeiras constituições escritas (a Constituição dos Estados Unidos da América, de 1787, e a Constituição Francesa, de 1791). Tais documentos, em contraposição ao absolutismo, definiram uma nova organização política fundamentada na separação dos poderes e na garantia dos direitos individuais.

1.1.2 Origem do Direito Constitucional como Disciplina Jurídica Autônoma

O Direito Constitucional como disciplina jurídica autônoma foi formalmente introduzido no meio acadêmico no final do século XVIII, ao norte da Itália, nas Faculdades de Direito de Ferrara (1797), Pádua e Bolonha (1798), sob influência napoleônica. A origem da expressão “Direito Constitucional” é italiana (*diritto costituzionale*) e remonta a 1797.

Em 26 de setembro de 1791, a Assembleia Nacional da França determinou às Faculdades de Direito que ministrassem aulas sobre a Constituição da França. Apesar de a formalização do termo na França ter ocorrido em 1791, a cátedra de Direito Constitucional na Faculdade de Direito de Paris foi instituída somente em 1834, com a consolidação da Monarquia Liberal do Rei Luís Felipe, graças à iniciativa de Guizot (Ministro da Instrução Pública do Rei Luís Felipe).

A Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 26 de agosto de 1789, contribuiu para o surgimento do Direito Constitucional como disciplina jurídica autônoma, porque forneceu a fundamentação teórica para a ideia moderna de Constituição como um documento que limita o poder estatal e garante direitos individuais. Ao prescrever em seu art. 16 que “*toda sociedade na qual não seja assegurada a garantia dos direitos nem determinada a separação de poderes não possui Constituição*”, a referida Declaração faz previsão dos dois pilares essenciais de uma Constituição moderna: a garantia dos direitos e a separação dos poderes.

No Brasil, o Direito Constitucional foi criado como disciplina autônoma por meio do Decreto-lei nº 2.639, de 27 de setembro de 1940, que determinou o desdobramento dessa disciplina em duas cadeiras distintas nos cursos de bacharelado em Direito: Teoria Geral do Estado e Direito Constitucional.

1.1.3 Termos Designativos do “Direito Constitucional”

Além da expressão “Direito Constitucional” estar consagrada atualmente, existem termos designativos desse ramo do Direito:

- a) **Direito político**²: é comum nos países de língua espanhola, pois estuda a Constituição e as relações entre os poderes políticos e os cidadãos.

¹ “A origem da expressão Direito Constitucional, consagrada há cerca de um século, prende-se ao triunfo político e doutrinário de alguns princípios ideológicos na organização do Estado moderno. Impuseram-se tais princípios desde a Revolução Francesa, entrando a inspirar as formas políticas do chamado Estado liberal, Estado de direito ou Estado constitucional” (BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 36).

² CAETANO, Marcello. *Manual de ciência política e direito constitucional*. Lisboa: Coimbra Editora, 1963, p. 31.

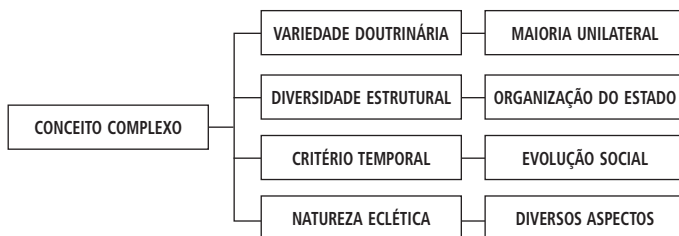
- b) **Direito do Estado por excelência**: pois estuda o Estado em si mesmo, fixando seus fundamentos estruturais³.
- c) **Direito Público fundamental**: pois tem como protagonista a organização estatal, seu funcionamento e sua configuração política.
- d) **Estatuto normativo do político**: pois disciplina o próprio exercício do poder pelos órgãos do Estado, assegurando a validade dos atos praticados por estes nas suas relações entre si, com os cidadãos nacionais e estrangeiros e mesmo no âmbito da aplicação de direito de fontes externas no plano do direito interno, como o direito internacional e o direito europeu⁴.
- e) **Disciplina-síntese**: pois é o substrato e o ponto de convergência de todas as matérias, permitindo visualizar as conexões do fenômeno jurídico em sua plenitude, haja vista a influência que exerce sobre todos os ramos do Direito. A metáfora “ramos do Direito” existe por uma razão didático-pedagógica⁵.

1.2 CONCEITO DO DIREITO CONSTITUCIONAL

1.2.1 Dificuldade no Conceito do Direito Constitucional

A conceituação do Direito Constitucional é desafiadora⁶ devido a múltiplos fatores interconectados:

- **Variedade doutrinária**: cada doutrinador possui uma definição própria, e as existentes, em sua maioria, pecam pela unilateralidade, resultando na ausência de um consenso universal.
- **Diversidade estrutural**: a estrutura de cada país é singular, com normas próprias e adaptadas à sua organização específica.
- **Critério temporal**: a evolução constante das sociedades exige a reavaliação contínua dos conceitos.
- **Natureza eclética**: a disciplina abrange simultaneamente aspectos jurídicos, políticos e sociais.



1.2.2 Direito Constitucional como Direito das Constituições

O Direito Constitucional tem como objeto de estudo a **Constituição**⁷, “lei” fundamental do Estado. Como bem observa Manoel Gonçalves Ferreira Filho⁸, o conceito de Direito Constitucional está intrinsecamente ligado à ideia de Constituição como documento fundante e nuclear do Estado e da ordem jurídica.

O Direito Constitucional é o **Direito da Constituição**, abrangendo a organização do Estado com conteúdo histórico-social, enquanto normas fundamentais.

³ MIRANDA, Pontes de. *Comentários à Constituição de 1967: com a Emenda n. 1 de 1969*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1970, p. 169.

⁴ SILVA, Suzana Tavares de. *Direito constitucional I*. Coimbra: Instituto Jurídico Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2016, p. 10.

⁵ BULOS, Uadi Lamego. *Direito constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2025, p. 2.

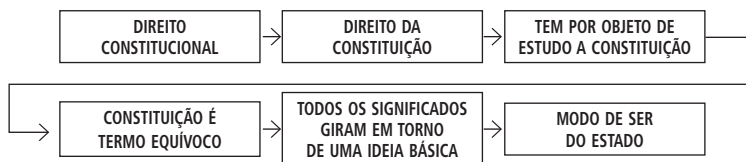
⁶ “Não é fácil formular corretamente o conceito de direito constitucional. O trabalho do constitucionalista abrange tantas questões, tão grande número de problemas, que não é possível encontrar unanimidade quanto ao preciso objeto da disciplina. Tudo vai depender da ênfase, da formação, da perspectiva de estudo acolhida por cada estudioso da matéria” (MENEZES DIREITO, Carlos Alberto. Breves notas sobre o Primado da Constituição. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 209, p. 19-41, jul./set. 1997).

⁷ A Constituição é conhecida, entre outras tantas denominações, como a Lei Maior, Código Supremo, Carta Magna, Carta Política, Magna Carta ou Estatuto Básico.

⁸ FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Curso de direito constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 16.

A palavra **Constituir** é um termo ambíguo, ou seja, possui vários significados. Porém, numa análise profunda e detalhada das acepções do vocábulo, podemos dizer que os seus vários significados convergem para a ideia básica do “modo de ser” de algo, estabelecendo os elementos essenciais de um objeto.

No contexto jurídico, a Constituição define o **modo de ser do Estado**, regulando sua estrutura, organização, funcionamento e proteção em seus aspectos fundamentais, bem como os direitos, deveres e garantias fundamentais dos membros da sociedade. Ela traça as linhas mestras de um ordenamento jurídico, fixando os seus pressupostos existenciais, seus elementos constitutivos, atribuições e as relações entre os órgãos do Estado e seus cidadãos. Como sintetiza Pontes de Miranda⁹, o Direito Constitucional é a parte do Direito Público que fixa os fundamentos estruturais do Estado.



1.2.3 Direito Constitucional como Intertexto Aberto¹⁰

O Direito Constitucional é um ramo do Direito Público Interno que estuda não apenas o texto formal da Constituição, mas que mantém e dialoga de forma constante com as seguintes dimensões:

- Dimensão espacial:** experiências constitucionais de outros países.
- Dimensão histórica:** ideias de filósofos, pensadores e políticos ao longo da história.
- Dimensão cultural:** o contexto social, econômico e moral em constante mudança, e não apenas uma leitura literal e estática do texto.
- Dimensão axiológica:** valores jurídicos supra positivos (como ideias de justiça e direitos fundamentais), que desempenham um papel central na sua interpretação e aplicação.

1.2.4 Direito Constitucional como Direito Supremo

O Direito Constitucional é um direito fundamentado numa ideia de **supremacia sobre as restantes normas jurídicas**. Sua função precípua é a organização do Estado, a definição das competências institucionais e a garantia dos direitos e liberdades dos cidadãos. Funciona como o **alicerce** para a criação de todo o arcabouço jurídico, limitando o poder e assegurando os princípios que fundamentam a sociedade.

O Direito Constitucional é supremo porque a Constituição Federal é a **norma fundamental e hierarquicamente superior do país**, estando no topo do ordenamento jurídico. É a **espinha dorsal de todo o ordenamento jurídico**, pois fornece as diretrizes e os princípios que fundamentam todos os outros ramos do direito, garantindo a organização da sociedade e a proteção dos direitos dos indivíduos perante o Estado.

1.2.5 Direito Constitucional como Direito Abrangente

O Direito Constitucional é um **Direito Abrangente** justificado pelos seguintes pilares:

- Influência:** regula normas fundamentais que servem de alicerce para todos os demais ramos do Direito. As disposições constitucionais impactam e direcionam a interpretação e aplicação de todo o ordenamento jurídico.
- Supremacia:** é o ramo mãe que estabelece a base e a estrutura de todo o sistema jurídico e da organização do Estado.

⁹ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Comentários à Constituição de 1967: com a Emenda nº 1 de 1969*. São Paulo: RT, 1970. t. I, p. 169.

¹⁰ “O direito constitucional é um intertexto aberto. Deve muito a experiências constitucionais, nacionais e estrangeiras; no seu ‘espírito’ transporta ideias de filósofos, pensadores e políticos; os seus ‘mitos’ pressupõem as profundidades dos arquétipos enraizados dos povos; a sua ‘gravitação’ é, agora, não um singular movimento de rotação em torno de si mesmo, mas sim um gesto de translação perante outras galáxias do saber humano” (CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional e teoria da constituição*. Coimbra: Almedina, 2022. p. 16).

- c) **Nomeação:** os ministros são nomeados pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal, devendo ter entre 35 e 70 anos, notável saber jurídico e reputação ilibada.
- d) **Conselho da Justiça Federal (CJF):** funciona junto ao STJ e exerce, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter vinculante.
- e) **Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados:** possui entre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira.

32.17.1 Competência Originária

Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente: a) os crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais.

- a) **Regra Especial para Governadores:** a ação penal contra Governador por crime comum exige autorização da Assembleia Legislativa local (controle político prévio), a quem incumbe, com fundamento em juízo de caráter eminentemente discricionário, exercer verdadeiro controle político prévio de qualquer acusação penal deduzida contra o Chefe do Poder Executivo do Estado-Membro.
- b) **Crime Comum:** todas as infrações penais, inclusive as de caráter eleitoral, e, até mesmo, as de natureza meramente contravencional.
- c) **Procurador-Geral da República:** STF, o seu juiz natural (art. 102, I, b, da CF/1988).

Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente: b) os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.

- a) **No julgamento:** MS/HD contra atos de outros tribunais ou do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União.

Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente: c) os *habeas corpus*, quando o coator ou paciente for qualquer das pessoas mencionadas na alínea a, ou quando o coator for tribunal sujeito a sua jurisdição, Ministro de Estado ou Comandante da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.

Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente: d) os conflitos de competência entre quaisquer tribunais, ressalvado o disposto no art. 102, I, o, bem como entre tribunal e juízes a ele não vinculados e entre juízes vinculados a tribunais diversos.

Conflitos de competência entre quaisquer tribunais (exceto os do art. 102, I, o, da CF), entre tribunal e juízes não vinculados, e entre juízes vinculados a tribunais diversos.

Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente: e) as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados.

- a) **Objeto:** os próprios julgados do STJ.
- b) **Revisão criminal** é uma ação *sui generis* e imprescritível para desconstituir julgados do STJ com vícios graves, visando à justiça e à dignidade humana, mesmo após a extinção da pena. É

ação *sui generis*, pois não há parte contrária, mas somente o autor que questiona a existência de vícios graves na decisão judicial, a fim de que prevaleça o valor justiça sobre o valor certeza.

- 1) **Momento:** pode ser ajuizada a qualquer tempo, após o trânsito em julgado, nos termos do art. 622 do CPP; não importa se o réu já cumpriu pena, se houve extinção da punibilidade ou se o réu faleceu, pois, o objetivo é restauração da dignidade humana.
- 2) **Natureza:** é ação impugnativa autônoma, pois origina nova relação processual. A revisão criminal é medida excepcional, pois somente ocorre nos casos taxativos previstos em lei. O fundamento da excepcionalidade reside na ideia de que a revisão será usada para desconstituir a coisa julgada, abalando a certeza do direito, a segurança jurídica e a estabilidade das relações jurídicas. Cabe ao sentenciado demonstrar a existência de vício grave na decisão transitada em julgado.
- c) **Ação rescisória:** possui caráter constitutivo, buscando anular ato estatal com força de lei (coisa julgada) proferido pelo STJ.

Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente: f) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões.

- a) **Finalidade da Reclamação:** preservar a competência do STJ e garantir a autoridade de suas decisões.
- b) **Legitimidade Ativa:** parte interessada ou do Ministério Público.
- c) **Endereçamento:** Presidente do Tribunal.
- d) **Forma:** instruída com prova documental.
- e) **Procedimento:** após proposta a reclamação será autuada e distribuída ao relator da causa principal, sempre que possível. Ao despachar a reclamação, o relator: I – requisitará informações da autoridade a quem for imputada a prática do ato impugnado, que as prestará no prazo de 10 (dez) dias; II – ordenará, se necessário, para evitar dano irreparável, a suspensão do processo ou do ato impugnado. Qualquer interessado poderá impugnar o pedido do reclamante. O Ministério Público, nas reclamações que não houver formulado, terá vista do processo, por cinco dias, após o decurso do prazo para informações.
- f) **Procedência:** o Tribunal cassará a decisão exorbitante de seu julgado ou determinará medida adequada à preservação de sua competência. O Presidente determinará o imediato cumprimento da decisão, lavrando-se o acórdão posteriormente.

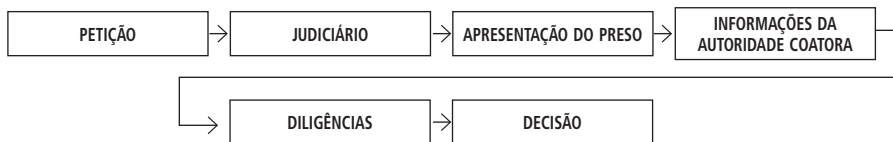
Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente: g) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União.

- a) **Competência:** conflitos entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal.
- b) **Iniciativa:** o conflito pode ser suscitado pelas partes, pelo Ministério Público ou pelas próprias autoridades envolvidas, podendo o relator determinar medidas urgentes provisórias e ouvir as autoridades antes do julgamento.
- c) **Procedimento:** poderá o relator, de ofício, ou a requerimento de qualquer das partes, determinar, quando o conflito for positivo, seja sobrestado o processo, e, neste caso, bem assim no conflito negativo, designar um dos órgãos para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes. Sempre que necessário, o relator mandará ouvir as autoridades em conflito no prazo de dez dias. Prestadas ou não as informações, o relator dará vista do processo ao Ministério Público, pelo prazo de 15 dias, e, após, apresentá-lo-á em mesa para julgamento. Da decisão será dada ciência, antes mesmo da lavratura do acórdão, por via telegráfica, aos órgãos envolvidos no conflito.

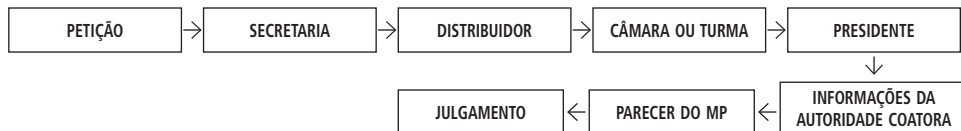
- d) **Suporte Probatyrio Mmimo**: exige prova pré-constituída. Por não admitir dilação probatória, o impetrante deve instruir a inicial com documentos que comprovem, de plano, a ilegalidade ou o risco iminente à liberdade.
- e) **Trancamento da Ação/ Inquirito**: é medida excepcional admitida nos seguintes casos: 1) Atipicidade manifesta da conduta; 2) Presença de causa extintiva da punibilidade; 3) Ausência de indícios mínimos de autoria ou materialidade (falta de justa causa).
- f) **Formas da impetraço**
- 1) **Em benefício prprio**: o impetrante da ação é, simultaneamente, o paciente (a pessoa física que sofre ou está ameaçada de sofrer a violência ou coação em sua liberdade de locomoção). Nesse caso, a própria pessoa lesada ajuíza a ação em defesa de seu direito fundamental de ir e vir.
 - 2) **Em benefício de terceiro**: o impetrante (autor da ação) e o paciente (beneficiário da ordem, que sofre a coação) são pessoas distintas. Qualquer pessoa física ou jurídica, em nome do interesse público na liberdade, ajuíza a medida para proteger os direitos de outrem.

39.7.8 Procedimento do Habeas Corpus

- a) Procedimento em primeira instância (arts. 656 a 660 do CPP)



- b) Procedimento em segunda instância (661 a 667 do CPP)



39.7.9 Habeas Corpus e Punição Disciplinar Militar

- a) **Fundamento Constitucional**: art. 142, § 2º, da CF/1988.
- b) **Vedaço ao Mrito**: é incabível a análise do mérito administrativo da sanção (conveniência, oportunidade ou justiça da punição).
- c) **Controle de Legalidade**: a jurisprudência consolidada do STF e STJ admite o HC para o exame da legalidade e constitucionalidade do ato. Isso abrange: 1) Hierarquia e Competência: se a autoridade tinha poder para aplicar a sanção; 2) Forma e Procedimento: observância do devido processo legal e contraditório; 3) Existência de Previsão Legal: se a transgressão está tipificada em lei/regulamento; 4) Proporcionalidade e Razoabilidade: verificação de abusos manifestos na privação da liberdade.

39.7.10 Habeas Corpus Coletivo

- a) **Objeto**: a liberdade de locomoção de um grupo de indivíduos cujos direitos fundamentais encontram-se ameaçados ou violados por uma causa comum.
- b) **Cabimento**: 1) Mães gestantes, puérperas ou com filhos pequenos no sistema prisional (ex.: HC nº 143.641/SP); 2) Detentos em celas superlotadas ou com falta de condições básicas de higiene e saúde; 3) Grupos de pessoas submetidas a prisões sem fundamentação legal adequada.
- c) **Característica**: otimiza a prestação jurisdicional ao permitir que uma única ação judicial resolva, de uma só vez, múltiplas violações de direitos individuais homogêneos, evitando a propositura de centenas ou milhares de *habeas corpus* individuais com a mesma causa de pedir.

39.7.11 Notas Relevantes e Jurisprudência Consolidada do *Habeas Corpus*

- a) **Excesso de Prazo na Instrução Criminal:** não configura constrangimento ilegal passível de concessão de HC o excesso de prazo quando este decorre de causas justificáveis, aplicando-se o Princípio da Razoabilidade:
 - 1) **Diligências da Defesa:** atrasos causados pela própria defesa (ex.: arrolar testemunhas em comarcas distantes ou via carta precatória) não autorizam o relaxamento (Súm. nº 64 do STJ).
 - 2) **Complexidade da Causa:** pluralidade de réus, necessidade de perícias complexas ou incidentes processuais (HC nº 736/STJ).
 - 3) **Regularidade Processual:** casos em que a instrução mantém curso regular dentro das limitações do órgão julgador (HC nº 71.371/STJ).
 - 4) **Força Maior:** eventos excepcionais, como greves de serventuários da justiça, desde que não haja inércia injustificada do Estado (HC nº 17.649/STJ).
- b) **Restrição de Direitos (Passaporte):** cabe HC para impugnar a retenção de passaporte, pois a medida limita diretamente o direito constitucional de ir e vir (Informativo nº 631/2018 do STJ).
- c) **Prazos Recursais:** o prazo para interposição de Recurso Ordinário em *Habeas Corpus* (ROHC) é de **5 dias**, independentemente de a matéria de fundo ser criminal ou cível (ex.: prisão civil) (Informativo nº 646/2019 do STJ).
- d) **Transação Penal:** a aceitação do benefício da transação penal obsta o uso do HC para trancamento da ação, pois há uma renúncia tácita ao questionamento do mérito em troca da extinção da punibilidade (Informativo nº 657/2019 do STJ).
- e) **HC Substitutivo e Concomitância:** é inadmissível o uso do HC como substitutivo de recurso próprio. Se impetrado junto com o recurso cabível, só será conhecido se houver ameaça direta e imediata à liberdade ou se o pedido for distinto do objeto recursal (Informativo nº 669/2020 do STJ).
- f) **Cultivo de Cannabis (Salvo-conduto):** o STJ (Informativo nº 690/2021) inicialmente restringiu o HC para cultivo medicinal. Todavia, a jurisprudência evoluiu significativamente (2024-2026), e hoje as Turmas criminais admitem a concessão de salvo-conduto para plantio domiciliar com fins medicinais, desde que comprovada a necessidade terapêutica, a autorização da ANVISA e a ausência de destinação recreativa.
- g) **Lingajar Chulo:** o HC nº 80.744/RS, relatado pelo Min. Sepúlveda Pertence, estabeleceu que o uso de expressões injuriosas ou linguagem manifestamente desrespeitosa em decisões judiciais pode ser objeto de controle via *Habeas Corpus*. O entendimento é de que o dever de urbanidade e o respeito à dignidade da pessoa humana impedem que o magistrado utilize termos ofensivos ao tratar do réu ou de sua conduta, sob pena de nulidade ou reforma do ato.
- h) **Liberdade de Locomoção virtual:** não cabe, pois o HC é uma ação constitucional voltada especificamente para a proteção da liberdade física de locomoção (o direito de ir, vir e permanecer).
- i) **Erro na Pena:** cabe HC para a correção de erro material evidente e incontroverso na dosimetria da pena ou no cálculo do cumprimento da sanção, desde que a ilegalidade seja prontamente verificável (de plano), sem a necessidade de dilação probatória complexa. O HC não é a via adequada para reavaliação aprofundada de critérios discricionários de fixação da pena.
- j) **Empate no Julgamento do HC:** prevalece a decisão mais favorável ao paciente
- k) **Habeas Corpus como sucedâneo da Revisão Criminal:** o HC pode, excepcionalmente, ser utilizado como substituto (sucedâneo) da Revisão Criminal, mas apenas quando a ilegalidade ou o erro judiciário for flagrante, líquido e certo, comprovado por prova pré-constituída e indubitável, que não demande a reanálise aprofundada de fatos e provas controversos.
- l) **Restrição Profissional:** medidas que impõem restrição ao exercício de uma profissão não são, em regra, passíveis de *Habeas Corpus*, pois não afetam diretamente a liberdade de locomoção

CAPÍTULO 48

Ordem Social – Da Educação, da Cultura e do Desporto

48.1 DA EDUCAÇÃO

48.1.1 Natureza, Abrangência e Estrutura da Educação Nacional

- a) **Natureza da Educação:** a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, com a colaboração da sociedade.
- b) **Objetivos Primordiais:** pleno desenvolvimento da pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.
- c) **Abrangência:** Abrange a totalidade dos processos formativos que se desenvolvem em diversos contextos, incluindo: vida familiar e convivência humana; ambiente de trabalho; instituições de ensino e pesquisa; movimentos sociais e organizações civis; manifestações culturais.
- d) **Característica:** a educação escolar deve obrigatoriamente vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.
- e) **Espécies de Educação Escolar:** 1) **Educação Básica:** nível obrigatório e fundamental, formado pelas seguintes etapas: Educação infantil; Ensino fundamental; Ensino médio; 2) **Educação Superior:** nível subsequente, destinado à formação de profissionais de nível superior, pesquisa e extensão.

48.1.2 Princípios Fundamentais da Educação Nacional

- a) **Igualdade de Condições:** garantia de acesso e permanência na escola sem discriminação, promovendo a inclusão educacional.
- b) **Liberdade de Expressão:** assegurar a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.
- c) **Pluralismo e Coexistência:** promover o pluralismo de ideias, concepções pedagógicas e a coexistência de instituições de ensino públicas e privadas.
- d) **Gratuidade do Ensino Público:** oferecer ensino público gratuito em estabelecimentos oficiais para todos os níveis e modalidades de ensino.
- e) **Valorização Profissional:** valorizar os profissionais da educação escolar, garantindo planos de carreira e ingresso exclusivo por concurso público para a rede pública.
- f) **Gestão Democrática:** implementar a gestão democrática do ensino público, em consonância com a legislação vigente.
- g) **Garantia de Qualidade:** assegurar um padrão de qualidade mínimo para todos os níveis de ensino.
- h) **Piso Salarial Nacional:** instituir e garantir o piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública.
- i) **Direito à Educação Contínua:** garantir o direito à educação e à aprendizagem ao longo de toda a vida.

48.1.3 Autonomia universitária

- a) **Autonomia:** as universidades públicas e privadas gozam de autonomia didático-científica (criação de cursos e definição de currículos), administrativa (organização interna) e de gestão financeira e patrimonial (administração de recursos e bens).
- b) **Atuação Universitária:** é pautada pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que orienta a produção e disseminação do conhecimento.

- c) **Dockncia Estrangeira:** é facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros para a docência ou pesquisa, conforme a regulamentação estabelecida em lei específica.

48.1.4 Deveres do Estado

- a) **Fundamento Jurídico:** art. 208 da CF/1988 e art. 4º da LDB (Lei nº 9.394/1996).
- b) **Educa3ro B3sica Obrigatyria e Gratuita (4 a 17 anos):** garantir o acesso à pré-escola, ensino fundamental e médio, incluindo aqueles que não tiveram acesso na idade certa.
- c) **Educa3ro Infantil:** oferta gratuita de creche e pré-escola para crianças até 5 anos, com fiscalização da Justiça da Infância e Juventude.
- d) **Ensino M3dio:** progressiva universalização e oferta gratuita.
- e) **Atendimento Especializado:** para pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
- f) **Ensino Superior e Pesquisa:** acesso aos níveis mais elevados de ensino, pesquisa e criação artística, conforme a capacidade individual.
- g) **Ensino Noturno:** oferta regular e adequada às necessidades dos estudantes.
- h) **Programas Suplementares:** material didático, transporte, alimentação e assistência à saúde para todas as etapas da educação básica.
- i) **Responsabilidade do Poder P3blico:** A não oferta ou oferta irregular da educação obrigatória gera responsabilidade para a autoridade competente, pois o acesso à educação obrigatória e gratuita é um direito de todos, exigível judicialmente (direito público subjetivo).
- j) **Fiscaliza3ro:** dever do Estado de recensear alunos do fundamental, chamá-los e zelar pela frequência escolar junto aos pais/responsáveis.
- k) **Competência Judicial:** a Justiça da Infância e Juventude tem poder para julgar casos de matrícula em creches/escolas, nos termos dos arts. 148, IV, e 209 da Lei nº 8.069/1990 e Informativo nº 685/2021 do STJ).

48.1.5 Organização do Ensino: Privado, Religioso e Indígena

- a) **Ensino Particular:** é livre para a iniciativa privada, mas não irrestrita. São condições que regem o ensino particular:
 - 1) **Normas Nacionais:** deve cumprir as diretrizes e normas gerais da educação nacional e do sistema de ensino.
 - 2) **Autoriza3ro e Avalia3ro:** necessita de autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público (União, Estados, DF ou Municípios).
 - 3) **Autofinanciamento (Impl3cito):** deve ter capacidade de se autofinanciar, ressalvado o apoio público (art. 213 da CF/1988).
- b) **Ensino Religioso:** é disciplina de matrícula facultativa (o aluno escolhe cursar ou não). Faz parte dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental. Embora facultativo para o aluno, a oferta pela escola pública é obrigatória, conforme a legislação.
- c) **Ensino em Língua Portuguesa:** o ensino fundamental regular é ministrado em Língua Portuguesa, como língua oficial. Assegura-se às comunidades indígenas o uso de suas línguas maternas e seus próprios processos de aprendizagem, valorizando sua cultura e saberes (art. 210, § 1º, da CF/1988 e art. 7º da Lei de Diretrizes e Base da Educação).

48.1.6 Sistema de Ensino Público

- a) **Fundamento Constitucional:** art. 211 da CF/1988.
- b) **Regime de Colabora3ro:** União, Estados, DF e Municípios organizam seus sistemas de ensino em conjunto. O objetivo é assegurar a universalização, qualidade e equidade do ensino obrigatório (da Educação Infantil ao Ensino Médio). A forma de colaboração será definida pelos entes federados para garantir o cumprimento das metas.

b) **Instrumentos Econômicos:** concessão florestal, servidão ambiental, seguro ambiental e outros.

4) **Instrumentos de Sanção e Informação:**

a) **Penalidades:** medidas disciplinares ou compensatórias por descumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental.

b) **Garantia de Informação:** obrigação do Poder Público de produzir e divulgar dados ambientais (informação relativas ao meio ambiente).

49.7 SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

O Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) exige a atuação efetiva e equilibrada de órgãos e entidades estatais para garantir um meio ambiente ecologicamente equilibrado, com proteção e melhoria da qualidade ambiental.

O SISNAMA é composto por: Conselho de Governo; Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA); Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Órgãos seccionais e locais.

ÓRGÃO	TIPO DO ÓRGÃO	FUNÇÃO BÁSICA
CONSELHO DE GOVERNO	Superior	Assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais.
CONAMA	Consultivo e deliberativo	Assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	Central	Planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.
IBAMA	Executor	Executar e fazer executar, como órgão federal, a política e diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.
SECCIONAL	Estadual	Execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental.
LOCAL	Municipal	Controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições.

O CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), órgão normativo e consultivo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), tem como principais funções:

- Normatização:** estabelecer normas, critérios e padrões nacionais para o controle da poluição (veículos, aeronaves, embarcações) e a qualidade ambiental, priorizando o uso racional dos recursos hídricos.
- Licenciamento Ambiental:** definir normas para o licenciamento de atividades potencialmente poluidoras, com base em propostas do IBAMA, sendo a concessão feita pelos Estados e a supervisão pelo IBAMA.
- Estudos e Informações:** determinar a realização de Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) para projetos de grande impacto, requisitando informações de órgãos públicos e privados.
- Acordos e Penalidades:** homologar acordos que convertam multas em medidas de proteção ambiental e pode sugerir restrição de benefícios fiscais ou financiamentos para infratores.
- Fiscalização:** atuar na perda ou restrição de incentivos fiscais e linhas de crédito para atividades prejudiciais ao meio ambiente, mediante solicitação do IBAMA.

49.8 TUTELA ADMINISTRATIVA AMBIENTAL

49.8.1 Poder de Polícia e Direito Ambiental

- a) **Poder de Polícia:** a existência de uma convivência ordenada gera a necessidade de o Estado intervir na vida em sociedade para disciplinar o comportamento individual, impondo limites à liberdade e propriedade dos particulares, com a finalidade de alcançar o bem comum. Esse conjunto de limites forma o poder de polícia, uma decorrência do Estado de Direito. O poder de polícia é uma atuação estatal com base constitucional e legal, indelegável, preventiva ou repressiva, em regra, auto executória, exercida por servidores legalmente investidos em cargos públicos, que visa evitar danos sociais e estabelecer a proporcionalidade entre a infração e a sanção correspondente.
- b) **Limites Ambientais:** em matéria ambiental, os limites são impostos para os usos dos recursos ambientais, visando à harmonização dos direitos individuais e ao respeito ao direito de terceiros.
- c) **Poder de Polícia no Direito Ambiental:** no Direito Ambiental o poder de polícia pode atuar de forma preventiva ou repressiva, visando assegurar normas ambientais e um mínimo de salubridade ambiental.
- d) **Fiscalização Ambiental:** É a atividade de verificação da compatibilidade dos comportamentos com as normas ambientais, com o objetivo de evitar ou reprimir danos ambientais. A fiscalização ambiental é uma atividade limitada pelo necessário respeito aos direitos e às garantias fundamentais e vinculada aos preceitos constitucionais e infraconstitucionais. A Lei nº 9.605/1998 confere a todos os funcionários dos órgãos ambientais integrantes do sistema nacional do meio ambiente (Sisnama) o poder de lavrar autos de infração e instaurar processos administrativos, desde que designados para as atividades de fiscalização (Informativo nº 360/2008 do STJ).

49.8.2 Responsabilidade Administrativa Ambiental

A Responsabilidade Administrativa ambiental é a que decorre da infração Administrativa Ambiental, ou seja, qualquer ação ou omissão que viole as normas jurídicas relativas ao uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente (qualquer conduta que viole as normas jurídicas de proteção ao meio ambiente). As sanções administrativas aplicáveis a essas infrações incluem:

- a) Advertência;
- b) Multa simples;
- c) Multa diária;
- d) Apreensão de animais, produtos, subprodutos da fauna e flora, bem como instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos usados na infração;
- e) Destruição ou inutilização do produto;
- f) Suspensão da venda e fabricação do produto;
- g) Embargo de obra ou atividade;
- h) Demolição de obra;
- i) Suspensão parcial ou total das atividades;
- j) Sanções restritivas de direitos (suspensão, cancelamento de registro, licença ou autorização; perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais; perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento; proibição de contratar com a Administração Pública por até três anos)

49.8.3 Licenciamento Ambiental

- a) **Conceito:** é um procedimento administrativo de natureza técnica, regido pelo direito público e exercido pelo poder de polícia, no qual o órgão ambiental competente autoriza a localização, instalação, ampliação e operação de atividades que utilizam recursos ambientais ou que possam causar degradação ambiental, sempre em conformidade com as normas legais e técnicas aplicáveis.
- b) **Finalidade:** é garantir a compatibilidade entre o desenvolvimento econômico-social e a preservação ambiental, protegendo o interesse público e a qualidade de vida humana, por meio da verificação do cumprimento das normas ambientais pelo empreendimento.

A criação de fundos do regime geral de previdência é possível, desde que observados, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a) **Requisito Subjetivo:** serão criados pelos entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios);
- b) **Requisito Formal:** a criação deve ser por lei, a qual disporá sobre a natureza e a administração dos fundos (o art. 250 da Constituição Federal não exige que a criação do fundo por ele mencionado seja necessariamente veiculada em lei ordinária, nem impede que os recursos constitutivos sejam provenientes de imposição tributária²¹);
- c) **Requisito Finalístico:** a finalidade é para assegurar recursos para pagamento dos benefícios concedidos pelo regime geral de previdência social; d) **material:** formado por contribuições, bens, direitos e ativos;
- d) **Requisito Material:** os fundos devem ser formados por contribuições, bens, direitos e ativos.

50.18 QUESTÕES

1. Assinale a alternativa correta sobre desapropriação confisco:
- a) não é permitida a desapropriação confisco na ordem jurídica brasileira
 - b) quem promove a desapropriação é o Município
 - c) A compensação ao proprietário será em títulos da dívida agrária
 - d) As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular

Gabarito: Alternativa D

2. Assinale a alternativa correta:
- a) A fiscalização e o controle sobre o comércio exterior, essenciais à defesa dos interesses fazendários nacionais, serão exercidos pelo Ministério da Justiça.
 - b) O ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de seis meses.
 - c) É permitida à União, direta ou indiretamente, assumir, em decorrência da criação de Estado, encargos referentes a despesas com pessoal inativo e com encargos e amortizações da dívida interna ou externa da administração pública, inclusive da indireta.
 - d) É permitida a adoção de medida provisória na regulamentação de artigo da Constituição cuja redação tenha sido alterada por meio de emenda promulgada entre 1ª de janeiro de 1995 até a promulgação desta emenda, inclusive.

Gabarito: Alternativa B

3. Assinale a alternativa correta:
- a) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.
 - b) O Colégio Pedro II, localizado na cidade do São Paulo, será mantido na órbita federal.
 - c) Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter público
 - d) Lei Estadual estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.

Gabarito: Alternativa A

²¹ ADI nº 2.238, rel. Min. Alexandre de Moraes, j. 24-6-2020, P, DJE de 15-9-2020.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Luiz Alberto David; NUNES JR., Vidal Serrano. *Curso de direito constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2004.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- AQUINO, Tomás de. *Suma Teológica*. Madri: BAC, 1956. vol. 8.
- AZAMBUJA, Darcy. *Teoria geral do Estado*. 5. ed. Porto Alegre: Globo, 1971.
- BALERA, Wagner. A seguridade social: conceito e polêmicas. *Mínimos de cidadania*, n. 4, Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da PUC de São Paulo, dez. 1994, p. 33.
- BARROSO, Luís Roberto. *O direito constitucional e a efetividade de suas normas – Limites e possibilidades da Constituição brasileira*. Rio de Janeiro: Renovar, 1993.
- BASTOS, Celso Ribeiro. *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1989. vol. 2.
- BASTOS, Celso Ribeiro. *Comentários à Constituição do Brasil* (promulgada em 5 de outubro de 1988). São Paulo: Saraiva, 2000.
- BASTOS, Celso Ribeiro. *Curso de direito constitucional*. 19. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 1998.
- BESTER, Gisela Maria. *Direito constitucional*. Barueri: Manole, 2005.
- BIDART CAMPOS, Germán José. *Tratado de Derecho Constitucional*. Argentina: Editora Ediar, 1969.
- BRITTO, Carlos Ayres. *Teoria da Constituição*. Rio de Janeiro: Forense, 2003.
- BUCCI, Maria Paula Dallari. *Direito administrativo e políticas públicas*. São Paulo: Saraiva, 2002.
- BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de direito constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2007.
- CAETANO, Marcello. *Manual de ciência política e de direito constitucional*. Coimbra: Coimbra Editora, 1963.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional e teoria da Constituição*. 3. ed. Coimbra: Almedina, 1999.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional e teoria da Constituição*. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.
- CARRAZA, Roque Antonio. *Curso de direito constitucional tributário*. São Paulo: Malheiros, 2000.
- CARVALHO, Kildare Gonçalves. *Direito constitucional*. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.
- CARVALHO, Kildare Gonçalves. *Direito constitucional: teoria do Estado e da Constituição: direito constitucional positivo*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.
- CITTADINO, Gisele. *Pluralismo, direito e justiça distributiva*. Elementos da filosofia constitucional contemporânea. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.
- CLÈVE, Clèmerson Merlin. Direito constitucional, novos paradigmas, Constituição global e processos de integração. *Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional*, Curitiba, n. 5, set. 2004, p. 221-237.
- CRETELLA JR., José. *Elementos de direito constitucional*. São Paulo: RT, 2000.
- CUNHA JÚNIOR, Direly da. *Curso de direito constitucional*. Salvador: JusPodivm, 2019.
- DROMI, José Roberto. *El derecho público de finales de siglo: una perspectiva iberoamericana*. Coord. Eduardo García de Enterría e Manuel Clavero Arevalo. Madrid: Fundación Banco Bilbao Vizcaya/Civitas, 1997.
- DUGUIT, León. *Traité de droit constitutionnel*. Paris: Librairie Fontemoing, 1923. t. II.
- FARIA, Cássio Juvenal. *Comissões parlamentares de inquérito*. São Paulo: Paloma, 2002.
- FERRAZ, Anna Cândido da Cunha. *Processos informais de mudança da Constituição: mutações constitucionais e mutações inconstitucionais*. São Paulo: Max Limonad, 1986.